

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES - CPqAM  
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

Katlyn Kelly Duclerc Marques

**MORADORES INVISÍVEIS: O SOFRIMENTO SOCIAL DOS MORADORES  
DA ILHA DE TATUOCA - IPOJUCA, PE - NO PROCESSO DE  
DESTERRITORIALIZAÇÃO.**

**RECIFE**

**2014**

KATLYN KELLY DUCLERC MARQUES

**MORADORES INVISÍVEIS: O SOFRIMENTO SOCIAL DOS MORADORES  
DA ILHA DE TATUOCA - IPOJUCA – PE – NO PROCESSO DE  
DESTERRITORIALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, para obtenção de título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel

Co-orientador: Dr. Walfrido Nunes de Menezes

Recife

2014

**Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães**

---

M357m Marques, Katlyn Kelly Duclerc.  
Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca - Ipojuca – PE – em seu processo de desterritorialização/  
Katlyn Kelly Duclerc Marques. — Recife: [s.n.], 2014.

80 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel; Co-orientador: Walfrido Nunes de Menezes.

1. Saúde Ambiental. 2. Estresse Psicológico. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Territorialidade. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Menezes, Walfrido Nunes de. III. Título.

---

CDU 614

KATLYN KELLY DUCLERC MARQUES

MORADORES INVISÍVEIS: O SOFRIMENTO SOCIAL DOS MORADORES  
DA ILHA DE TATUOCA - IPOJUCA – PE – NO PROCESSO DE  
DESTERRITORIALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao curso de  
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública  
do Centro de Pesquisas Aggeu  
Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz,  
para obtenção de título de Mestre em  
Ciências.

Aprovada em: 28/05/2014

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel  
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ

Debatedora: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto  
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ

Debatedor: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Moab Acioli  
Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP

À minha mãe e meu pai,  
que com seu amor, me ajudou a chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que sempre se dedicou para que tivéssemos uma boa educação e nos ensinou que esse era o caminho. Obrigada por tudo!

Ao meu pai e tia, que sempre torceram e vibram até hoje nesta minha caminhada para alcançar os objetivos que um dia tracei.

Às minhas irmãs Michelle e Carol e também aos irmãos de coração, Patrícia e Bruno, que estão sempre juntos para uma boa risada nos momentos necessários. E os sobrinhos Júlia, Diogo e Sofia, que ressignificaram o amor na minha vida.

Ao Fábio que me acompanhou num longo percurso e sempre torceu para esse momento.

À amiga Ana Lúcia que deu o primeiro incentivo para o início desse mestrado e sempre esteve disponível. Obrigada!

À amiga Bel, que sempre presente, mesmo ausente, demonstra seu amor e torcida na jornada da vida.

Aos amigos da turma “Tamo Junto” por todo companheirismo, em especial a Lauana, Manu e Juliana que de perto participaram desta dissertação e da minha vida.

Aos amigos que fiz através da Secretaria de Saúde do Paulista, que trouxeram para minha vida a experiência de comprometimento com o SUS. Em especial Luciana Camêlo e Grasi Fretta pelo apoio e amizade desde sempre, que extrapolaram para a vida pessoal.

À minha orientadora Idê Gurgel pela paciência, apoio e amizade que foi desenvolvida neste percurso.

À equipe do LASAT, por todo apoio e incentivo.

Ao meu co-orientador Walfrido Menezes, por seus conselhos, apoio e amizade.

Ao CPqAM/Fiocruz em especial ao NESC: professores e funcionários pela disponibilidade.

Ao Fórum Suape, em especial o Prof. Heitor Scalambrini, pelo apoio e disponibilidade.

À CAPES pelo financiamento, que foi essencial para o percurso deste mestrado.

MARQUES, Katlyn Kelly Duclerc **Moradores Invisíveis: O Sofrimento Social dos Moradores da Ilha De Tatuoca - Ipojuca – PE – no processo de Desterritorialização.** 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.

## RESUMO

Este estudo objetiva analisar o sofrimento social e sua relação com o processo de desterritorialização dos moradores da Ilha de Tatuoca, Ipojuca – PE. A pesquisa foi realizada com as pessoas ainda residentes na Ilha de Tatuoca. Diante da complexidade dos impactos que os empreendimentos do Complexo Industrial de Suape apresenta, optou-se por valorizar a subjetividade da população nativa atingida, considerando seu sofrimento psíquico e social relacionados ao processo de desterritorialização. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, de cunho interpretativo – exploratório, que utilizou entrevista semi-estruturada e observação participante para coleta dos dados; e foram analisados com a técnica de análise de conteúdo. Como resultados, obteve-se que a maioria dos moradores nasceu em Tatuoca e relata uma vida tranquila, destacando o local como um paraíso, o que evidencia a relação de identidade com o lugar. As principais atividades econômicas relacionava-se ao mangue, a pesca e a agricultura para subsistência. Após a inserção do Complexo Industrial de Suape naquela região, a população da Ilha de Tatuoca iniciou o processo de desterritorialização e acarretou nas seguintes mudanças: a extinção de recursos naturais, desemprego, violência, invisibilidade e promessas não cumpridas. Esta situação fez transparecer um sentimento de revolta e resignação, pois são colocados como meros observadores de tudo que tem acometido e alterado seu modo de viver. As repercussões em suas vidas se traduzem na impossibilidade de estabelecer laços simbólicos e afetivos com o lugar, devido a perda de acesso à terra. Este contexto gera sentimento de humilhação e depreciação, trazendo uma carga de sofrimento para suas vidas.

**Palavras Chaves:** Saúde Ambiental, Estresse Psicológico, Desenvolvimento Sustentável, Territorialidade.



MARQUES, Katlyn Kelly Duclerc **Invisible Residents: The Social Suffering in Residents of Tatuoca Island, Ipojuca – PE, 2013 – in desterritorialization process.** 2014. Monograph (Specialization in Management Systems and Health Services) – Aggeu Magalhães Research Center, Oswaldo Cruz Foundation, Recife, 2014.

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the social suffering and its relationship with the process of deterritorialization of the residents of the Tatuoca Island, Ipojuca - PE. The research was conducted with the Tatuoca Island inhabitant. Facing the complexity of the impacts that the Suape Port and Industrial Complex enterprises has shown, we have chosen to highlight the subjectivity of the affected native population, considering their psychological and social suffering related to the process of deterritorialization. This is a case study based on a qualitative, interpretive and exploratory approach which used semi-structured interviews and participant observation for data collection, that were analyzed by the content analysis technique. As results, we have found that the most residents were born at Tatuoca and had a quiet life, highlighting the place as a paradise, what show the identity relationship with the place. Their main economic activities were related to the mangroves, fisheries and agriculture for subsistence. After the insertion of the Suape Port and Industrial Complex in that region, the population of the Tatuoca Island started his deterritorialization process, with changes as: the extinction of natural resources, unemployment, violence, invisibility and unfulfilled promises. This situation led to transpire a sense of rebellion and resignation, as they are placed as mere observers of everything that has affected and changed their way of living. The repercussion on their lives translates the impossibility to establish symbolic and emotional ties with the place, due to their loss of access to the land. This context generate a felling of humiliation and depreciation, bringing a burden of suffering for their lives.

**Keywords:** Environmental Health, Psychological Stress, Sustainable Development, Territoriality.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPS - Complexo Industrial e Portuário de Suape  
CNS - Conselho Nacional de Saúde  
DAA - Declaração de Alma-Ata  
EAS - Estaleiro Atlântico Sul  
EIA - Estudo de Impacto Ambiental  
MRI - Marco de Reassentamento Involuntário  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental  
RNEST - Refinaria Abreu e Lima  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
1ª CNSA - 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental  
13ª CNS - 13ª Conferência Nacional de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO</b> .....	<b>17</b>
2.1 SAÚDE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL .....	17
2.2 A SAÚDE MENTAL E O SOFRIMENTO SOCIAL .....	32
2.3 O CAMINHO PARA A DESTERRITORIALIZAÇÃO .....	38
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>45</b>
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>46</b>
4.1 DESENHO DO ESTUDO .....	46
4.2 ÁREA DO ESTUDO .....	46
4.3 PERÍODO DO ESTUDO.....	46
4.4 SUJEITOS DA PESQUISA.....	47
4.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	47
<b>4.5.1 Observação Participante</b> .....	<b>47</b>
<b>4.5.2 Entrevista</b> .....	<b>48</b>
<b>4.5.3 Tratamento e Análise dos Dados</b> .....	<b>49</b>
4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....	50
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>52</b>
5.1 RELAÇÃO DE IDENTIDADE/PERTENCIMENTO AO LUGAR .....	52
5.2 O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO .....	56
5.3 O SOFRIMENTO SOCIAL.....	62
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>69</b>
<b>APÊNDICE – A - Roteiro Básico da Entrevista Semi-estruturada</b> .....	<b>77</b>
<b>APENDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	<b>78</b>
<b>ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas</b> .....	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento da população mundial, bem como da produção de conhecimento e das tecnologias para atender às suas necessidades e padrões de consumo, observou-se a ampliação da produção das indústrias. Diante de tal acontecimento houve, conseqüentemente, o aumento do número de acidentes ambientais ocorridos nestas indústrias, de modo geral, provocando desastres ecológicos, que comprometem a qualidade de vida e a saúde humana, principalmente dos moradores das circunvizinhanças (WONGTSCHOWSKI, 1999).

As regiões urbano-industriais normalmente são mais afetadas, visto serem frágeis em sua infraestrutura básica e, a degradação social correlacionada com a carência de recursos naturais para produção e consumo. Com os recursos naturais e espaços públicos usurpados para finalidades que são por si geradoras de exclusão e expropriação, merece destaque a pressão política de novos movimentos sociais, compostos principalmente por grupos locais em áreas de risco industrial e grupos ambientalistas organizados (PORTO, 1998, 2009).

A discussão em torno da questão ambiental tem crescido, pois está relacionada com os processos de degradação e a identificação de riscos ecológicos como, por exemplo, a poluição atmosférica e marítima, o efeito estufa, redução da camada de ozônio, a destruição de florestas. O crescimento da população observado ao redor do mundo ajuda a reconhecer pressões demográficas cada vez mais intensas enquanto os recursos naturais estão sendo dissipados, cada vez com menor disponibilidade no planeta (ALVES; ARAÚJO; AZEITEIRO, 2012; PORTO, 1998, 2009).

Em decorrência dos impactos ambientais ocorridos nas últimas décadas, os paradigmas do desenvolvimento têm sido questionados e, como consequência, tem provocado alterações nos modelos de investigação científica, sugerindo a internalização do ambiente em seus processos de análise, integrando o campo das ciências naturais e sociais. O intuito tem sido o de buscar a construção de um novo conhecimento que seja capaz de captar a interdependência do processo natural e social, direcionando-o para um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro (LEFF, 1994).

Diante disso, é possível perceber que alguns aspectos apresentam-se poucos sustentáveis e bastantes prejudiciais ao ambiente, devido ao comportamento

antropocêntrico e o conseqüente uso indiscriminado dos recursos naturais que dificultam a visualização de perspectivas de conservação destes recursos para uso das sociedades vindouras, no formato da sociedade atual (CASTELO, 2000).

A noção de sustentabilidade, segundo Hogan (2003), está implicada na inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento, respeitando a capacidade que o planeta suporta. Deve haver prioridade na adoção de tecnologias que melhorem a qualidade de vida quando se trata de desenvolvimento sustentável, garantindo, conseqüentemente, o bem-estar ambiental através da preservação dos recursos naturais e causando desequilíbrios mínimos no ecossistema (MARTINE, 1993; RATTNER, 1995).

Neste sentido, é importante salientar que para a economia moderna, a natureza é uma base indispensável, bem como para as vidas das gerações presentes e futuras (BINSWANGER, 1997). Porto (2009) destaca que no Brasil o modelo atual de desenvolvimento segue um padrão que se baseia na crença de que o crescimento econômico tradicional está relacionado com o maior investimento-produção-consumo e que conseqüentemente alavancaria maior número de empregos e melhor qualidade de vida para uma população cada vez maior. O autor ressalta que “o crescimento econômico tem sido amplamente utilizado como sinônimo ou condição necessária de desenvolvimento, inclusive o humano” (PORTO, 2009, p. 84) que acontece através de uma sobrevalorização dos benefícios trazidos pelos grandes empreendimentos e da economia de mercado, escondendo ou invisibilizando os riscos ambientais e os processos de vulnerabilização sofridos pelas populações atingidas.

Em Pernambuco, esta questão tem crescido e se tornado relevante e premente, tendo em vista que neste estado o governo federal decidiu implantar em meados da década de 1970, um complexo industrial e petroquímico, que foi chamado de Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Ele possui grande importância estratégica para o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife, pois é considerado o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2006). Em face da privilegiada posição geográfica do estado de Pernambuco, o complexo torna-se um centro concentrador e distribuidor de cargas, sendo conectado às principais rotas marítimas internacionais, colocando-o em

condições de ser o principal porto concentrador do Atlântico Sul (SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO, 2006).

A partir dos investimentos governamentais e privados de grande porte, a operacionalização do CIPS foi consolidada, com destaque para a refinaria, o pólo de poliéster e os estaleiros. Esses empreendimentos tiveram significativa repercussão na ocupação deste território, que extrapola os municípios onde está inserido. Já era previsto que grandes impactos poderiam ser gerados no uso da infraestrutura, haja vista o enorme potencial de atratividade para esta parte do território de um grande contingente populacional e atividades produtivas e de serviços, já insuficiente para atender a demanda atual. Contudo, os investimentos econômicos e financeiros significam também uma transformação da paisagem existente, com riscos de comprometer o futuro desenvolvimento sustentável da área (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2006).

Outra grande repercussão será no contexto socioeconômico, onde, por um lado, são apresentados reflexos positivos neste processo, tais como: (i) geração de empregos diretos e indiretos, com capacitação e absorção de mão de obra local; (ii) geração de capital através de investimentos de capital externo, inclusive estrangeiro, e incremento da arrecadação tributária; (iii) novas tecnologias para a área de influência da Refinaria; (iv) incremento da atividade turística; (v) investimentos financeiros e sociais para a região (PETROBRÁS, 2005).

Entretanto, por outro lado, a Petrobrás (2005) também ressalta que também existirão os reflexos negativos neste processo de implantação, dentre os quais podem ser destacados: (i) o gradativo desaparecimento de algumas atividades econômicas como pesca e agricultura de subsistência, com conseqüente aumento dos níveis de desemprego; (ii) descaracterização de certos aspectos da cultura local; (iii) a mão de obra qualificada para atividades mais complexas será quase que exclusivamente externa, restando à população local atividades essencialmente mecânicas e as mais precárias; (iv) a atividade turística pode ser reduzida devido ao risco de acidente, gerando queda nos lucros e desemprego nas atividades relacionadas ao turismo; (v) as diferenças sociais serão ampliadas.

Destacando ainda aspectos negativos, é preciso considerar o ponto de vista legal, pois esse processo de “desapropriação” não leva em consideração a Constituição Estadual e nem o Marco de Reassentamento Involuntário (MRI), do Projeto Pernambuco Sustentável – que tem por objetivo, tratar questões que

envolvem a mudança ou perda involuntária do local de moradia, a perda de renda ou meios de subsistência, por conta da implantação de grandes empreendimentos. E na Constituição Estadual, artigo 139, consta que o Estado e os Municípios devem promover o desenvolvimento econômico, conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios superiores da justiça social, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida e do bem estar da população (COSTA, 2012).

Considerando os cenários que comprometem a saúde em vários âmbitos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) postula que há uma relação complexa e de diversas dimensões no que tange a pobreza e a saúde mental, pois já foram associados os fatores sociais, como urbanização, pobreza e mudança, com o aparecimento e desenvolvimento de perturbações mentais e comportamentais. Ressalta ainda que a urbanização moderna pode ter repercussões na saúde mental, devido aos diversos aspectos como a poluição do meio ambiente e a pobreza, pois considera que o bem estar subjetivo, autonomia, auto-realização do potencial intelectual e emocional da pessoa são abrangidos pela saúde mental e são influenciados por fatores biológicos, psicológicos e sociais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2001).

Dentre os acontecimentos da região industrial de Suape, pode-se destacar a grande especulação imobiliária, crescimento da quantidade de obras da construção civil, processos migratórios, aumento do fluxo de veículos e privatização das estradas; crescimento das obras e deslocamento de comunidades tradicionais. Há uma alteração no processo de organização do território por conta da implantação de empresas privadas que conseqüentemente modificam a lógica da organização do território e renegam a participação do setor saúde (COSTA, 2002).

A Ilha de Tatuoca fica em Suape, a 52 km do Recife, o extrativismo e a pesca eram os modos predominantes de geração de renda. Ela é um exemplo da destruição de comunidades tradicionais do entorno, que sofreu deixando de ser uma ilha de fato, visto que passou a ter um acesso terrestre para chegar aos Estaleiros Atlântico Sul e o Promar. Com o projeto de instalação desses estaleiros, a comunidade foi contactada através de uma proposta indenizatória para ser retirada de seu local de origem e ocupar outra área construída para este fim, área esta que está sendo chamada de Nova Tatuoca. Essa comunidade possui pescadores artesanais que não estão sendo respeitados por este processo de desenvolvimento e gradativamente são expulsos de suas casas; eles têm buscado sua organização

como sociedade civil a fim de estabelecer um movimento de resistência à desterritorialização, com o apoio do Fórum Suape<sup>1</sup> (ALMEIDA, 2010).

Populações como esta da Ilha de Tatuoca, que vivem da agricultura e pesca, dificilmente conseguem restabelecer seu sistema produtivo e de subsistência. E conseqüentemente, a partir de situações de despejos, na grande maioria das vezes com indenizações irrisórias, ficam desmotivados de suas próprias vidas, perdendo o gosto por ela, visto que são destituídos de bens de ordem imaterial, mas de fundamental importância para a condição da existência (MAPA..., 2013).

Com esta desapropriação, mudanças geográficas, sociais e psicológicas são desencadeadas na vida de toda a comunidade que já ocupava aquele lugar há várias gerações (ALMEIDA, 2010). Costa (2012) comenta que essa população nativa, que tem sido obrigada a sair de suas moradias, é quem pode vir a pagar um alto preço, por conta deste progresso advindo de um modelo predatório de desenvolvimento, que não privilegia o ambiente e muito menos o ser humano.

Considera-se que neste processo, as populações humanas atingidas passam a fazer parte do ambiente, colocando estes indivíduos numa posição inversa, como sendo “pano de fundo”, haja vista serem naturalizadas, reificadas, destituídas de sua subjetividade e, por conseguinte, impossibilitadas de serem constituídas como sujeitos (VAINER, 2010).

A partir disto pode-se ter como consequência o sofrimento social, que para Adorno (2010) tem como ponto principal a noção que o modo de vida social atual, guiado pela ação das forças econômicas, sociais e políticas trazem uma repercussão para os diversos grupos, classes e identidade das populações. A reflexão em torno do sofrimento social traduzido num sintoma difundido e compreendido como também uma forma de violência.

Diante do exposto, o estudo foi conduzido considerando a seguinte questão:  
**Como o sofrimento social e sua relação com o processo de desterritorialização é percebida pelos moradores da Ilha de Tatuoca, Ipojuca – PE?**

Os pressupostos foram:

---

<sup>1</sup> É um espaço sociomambiental organizado pela sociedade civil que visa discutir o crescimento sustentável da área de Suape, priorizando as pessoas e o ambiente.



- a) A população da Ilha de Tatuoca tem vivenciado um processo de desterritorialização, com desapropriação quase compulsória, pagamentos de indenizações irrisórias e uso de violência;
- b) Os moradores da Ilha de Tatuoca estão passando por sérios desarranjos psicossociais e sofrimento psíquico, que não são levados em consideração pelo modelo de crescimento econômico implementado na região, pelo poder público e pelos empreendedores do CIPS.

## 2 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo procuramos apresentar os temas que estão relacionados com o objeto da dissertação, a fim de compreender o cenário ao qual está baseada a presente pesquisa. O primeiro tema: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento (In) Sustentável, busca situar a questão da saúde atrelada ao ambiente, sua importância desde sua origem e como tem sido afetada pelo processo de desenvolvimento mundial, tendo como consequência comportamentos insustentáveis.

O segundo tópico abordado apresenta uma abordagem acerca da Psicologia Ambiental, onde se destaca a questão da formação da identidade relacionada ao ambiente e o que pode afetar a saúde mental das pessoas através do sofrimento social.

O terceiro ponto trata da questão da desterritorialização, tema que demonstra a forma como está sendo conduzida a retirada da população da Ilha de Tatuoca e considera o quanto este processo também contribui para aumentar o sofrimento psíquico destes moradores.

### 2.1 SAÚDE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

Na contemporaneidade ainda persistem problemas antigos como a fome e a miséria, presentes em muitas partes do planeta, apesar de todo desenvolvimento econômico e tecnológico que avança em larga escala e grande velocidade. Avanços econômicos, científicos e tecnológicos têm proporcionado melhorias para a vida diária nos mais variados aspectos: controle das doenças crônicas e infecciosas e na qualidade e eficiência dos transportes; no entanto, nos âmbitos regionais e globais, os problemas crescem diante de um modelo econômico globalizado: com degradação ecológica e ambiental, mudança climática, o surgimento de novas doenças, desigualdades sociais, desemprego (FREITAS; PORTO, 2006; PORTO, 2005). Estes pontos para Rattner (2009, p. 1971) demonstram que o modelo de desenvolvimento do mundo não é sustentável, na verdade eles “tendem a aumentar a vulnerabilidade da vida humana e dos ecossistemas planetários”.

Para a sociedade que tinha o modelo industrial de desenvolvimento havia a difusão da crença no progresso, controle da natureza, confiança na razão instrumental e otimismo no controle dos efeitos colaterais da tecnologia; e o

sinônimo de desenvolvimento para eles seria quem atingiu algum progresso econômico que fosse medido por indicadores. Na sociedade contemporânea, o progresso pode passar a ser conhecido como uma fonte de autodestruição. Tendo em vista que são os especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica os beneficiários deste modelo econômico globalizado que se apresenta como única opção de desenvolvimento (FREITAS; PORTO, 2006; GUTBERTET, 1998; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007). Para Rattner (2005) a expansão violenta do capitalismo através dos oligopólios, dos conglomerados e da especulação financeira, contribui para a alteração das relações político-culturais e conseqüentemente atinge as pessoas envolvidas. Os trabalhadores e suas famílias continuam sendo expulsos do campo pelas grandes produções de monocultura. Dessa forma os trabalhadores e industriais observam a precarização de suas condições de trabalho, além da submissão a vários tipos de riscos a saúde.

A Saúde Ambiental é conceituada como aquela que compreende as questões da saúde humana que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente que reverberam na qualidade de vida. Estão ligadas também à teoria e prática de avaliação, correção, controle e prevenção de fatores que, quando presentes no ambiente, podem prejudicar potencialmente de forma adversa a saúde humana da geração atual e futura (OMS, 1993).

Há uma tensão na relação entre saúde e ambiente que direciona para ampliação do conceito de saúde, tendo em vista que apropria-se e expande aspectos centrais desde a origem histórica da medicina social e da saúde coletiva, tais como:

os determinantes sociais (ou socioambientais) da saúde, e a permanência ou agravamento das desigualdades socioespaciais; e as condições de vida e trabalho e, cada vez mais importante, a discussão ambiental a partir da crise ecológica global” (PORTO, 2012, p. 38).

Segundo Porto (2012) no âmbito da saúde coletiva, o movimento da saúde ambiental foi um dos movimentos mais representativos deste momento de conflitos e emergências de transformações emancipatórias, já que envolve em parte

a questão do desenvolvimento, com os conflitos ambientais e os movimentos sociais e comunitários que resistem à mercantilização do território e produzem novas políticas da vida, como a economia solidária, a agroecologia, a luta pelas cidades inclusivas e democráticas, o banimento

de tecnologias que provocam mortes evitáveis e moralmente inaceitáveis (PORTO, 2012, p. 41)

O Brasil, com seu processo de industrialização, apresenta vários impactos em seu desenvolvimento, haja vista ser em sua origem um país agropecuário. Pode-se chamar de impactos positivos, aqueles vistos através das lentes econômicas, mas também de certa forma negativos, visto que trouxeram implicações para a saúde e o ambiente (FREITAS; PORTO, 2006; FREITAS; GOMEZ, 1997; LIEBER; GOUVEIA; AUGUSTO, 2004) e que segundo Porto e Milanez (2009) a existência de eixos de desenvolvimento econômico que se apresentam ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos acentuam os conflitos socioambientais. A saúde humana de acordo com Rattner (2009) é mais severamente impactada pelas condições de vida, a desigualdade social e conseqüentemente a exclusão e a marginalidade.

O crescimento industrial é demonstrado como sendo a “melhor forma” de finalizar a questão do desemprego e da melhora da qualidade de vida, o que estimula o aumento da quantidade de dirigentes, autoridades políticas e também lideranças locais que declaram seu apoio e desejo por um desenvolvimento econômico que tem como prioridade a instalação de grandes equipamentos e processos industriais para que sejam sanados grandes problemas como pobreza, desemprego, moradia e ausência da reforma agrária (FREITAS; PORTO, 2006; FREITAS; GOMEZ, 1997; LIEBER; GOUVEIA; AUGUSTO, 2004; RATTNER, 2005). Essa visão, segundo Porto e Milanez (2009) vem de uma limitada visão economicista de desenvolvimento, em que a ideia de crescimento econômico é posta como único meio de alcançar o progresso.

Todavia, os estudos que tratam de crescimento econômico e industrial não demonstram necessariamente em seus resultados maior oferta de emprego, melhoria da saúde, educação e de renda. Num primeiro momento, esses grandes empreendimentos podem até contribuir com um incremento em relação a novos postos de trabalhos, mas na maioria das vezes são temporários e precários, o que desencadeia processos de empobrecimento e favelização. Dessa forma, a condição de vida advinda dessa situação de instabilidade no trabalho contribui para definir novos perfis de exposição e riscos à saúde dos trabalhadores, como também da população em geral. (AUGUSTO, 2001, 2002, 2005; BARCELLOS, 2009; FREITAS; FREITAS; GOMEZ, 1997; GURGEL, 2009; GURGEL et al.; 2011; GUTBERLET,

1996; LIEBER; GOUVEIA; AUGUSTO, 2004; PORTO, 2006; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007; RIGOTTO, 2007, 2008; TAMBELLINI, 2009).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem subsidiado, na contemporaneidade, um novo momento no viés desenvolvimentista para o Brasil, pois tem proporcionado a implantação de vários empreendimentos produtivos e de infraestrutura nas mais diversas regiões do país. Dentre algumas dessas localidades escolhidas, em muitas delas já existem conflitos socioambientais e as comunidades são excluídas do processo de discussão e decisão sobre a nova configuração socioeconômica e produtiva de onde residem.

Segundo Rattner (2009, p. 1970) há uma dinâmica perversa no processo de “acumulação e reprodução do capital e seus impactos devastadores na espoliação e alienação dos trabalhadores e dos recursos naturais”. Ele argumenta que o pensamento em que traz crescimento econômico como resposta ao desenvolvimento é uma falácia, pois ainda não existem certezas a cerca do modelo ideal de crescimento, para que não continue beneficiando poucos e trazendo desgraça para muitos. Pois do que vai adiantar o crescimento econômico se ele acontecer em setores que utilizem matéria-prima e fontes energéticas não renováveis, que poluem o meio ambiente e deixam resíduos tóxicos. Com isso, conseqüentemente, as pessoas tornam-se mais angustiadas, frustradas e revoltadas, pois não vislumbram os governos podendo atender às suas demandas de bem-estar (RATTNER, 2009).

O território brasileiro está cedendo espaço para empreendimentos de grande porte e com alto potencial poluidor, que foram renegadas pelos países do hemisfério norte devido a pressão da sociedade por uma Reforma Ecológica, empurrando para os países do hemisfério sul, que utilizam políticas governamentais e de desenvolvimento como atrativo, através de isenções fiscais, facilidade de infraestrutura e financiamento, baixos preços nos terrenos, abundância em água, além de mão de obra barata, além de deixarem a desejar no quesito de fiscalização ambiental e organização social (RIGOTTO, 2008).

Em países do hemisfério sul que possuem de fato uma organização social e legislação rigorosa, eles não aceitam qualquer tipo de indústria, pois eles preveem a amplitude do impacto socioambiental no futuro; gerando mais problemas do que os que existem atualmente. A partir da inserção de novos processos produtivos, é introduzidos novos perigos, novas configurações do território, novas relações de

trabalho e como consequência há novos impactos na saúde da população e dos trabalhadores (RIGOTTO, 2009).

Nos países do hemisfério norte, apesar de terem um conjunto de leis ambientais que dê suporte as mais variadas ações, como no Brasil, há um favorecimento para a instalação e construção de novas indústrias em favor desse desenvolvimento econômico. Isso acontece por que há uma facilitação nas exigências da legislação ambiental na emissão de documentos e licenciamentos de instalação e funcionamento dos empreendimentos (RIGOTTO, 2009; SANTOS, 2011).

A população que reside no entorno dessas grandes construções também sofrem, pois de acordo com Rigotto (2007), os riscos ocupacionais não ficam restritos a alguns segmentos ou classes sociais, muito menos dentro apenas dos muros das fábricas. Essas pessoas são as mais suscetíveis visto que lhes falta acesso decente à moradia, à água potável, transporte e convivem com condições de trabalho insalubres.

Há uma tendência por parte das pessoas que vivem em um determinado território e que sofrem influência pela ideologia do “progresso”. Elas passam a ter uma expectativa positiva diante das iniciativas econômicas que se relacionam com a industrialização e têm a intenção de obter vantagens em curto prazo e geralmente o poder público fica com a incumbência das medidas protetivas e preventivas relativas aos possíveis danos decorrentes, não possuindo a real compreensão da relação existente entre sua cidadania e os interesses do Estado, contribuindo com a permanência do modo de funcionamento da histórica relação paternalista do Estado patrimonialista (PORTO; FREITAS, 1997, RIGOTTO, 2007, 2008; SANTOS, 2011).

E neste caso, através do posicionamento da mídia é reforçada uma condição social e cultural, onde as redes sociais ficam alienadas dos pontos de decisão sobre os temas que as afetam diretamente. Em contrapartida, acreditam que poderão usufruir as benesses do que foi prometido com o desenvolvimento e creem veementemente que estarão protegidos por políticas públicas que se mobilizarão “naturalmente” para lhes proteger e lhes garantir a proteção social (PORTO; FREITAS, 1997, RIGOTTO, 2007, 2008; SANTOS, 2011).

A sociedade, capturada pela ideia fictícia da inclusão social através do emprego formal, acolherá bem todas as indústrias. Até os atingidos, que são grupos mais vulneráveis, que depois de passar por diversas situações como serem retirados

de suas comunidades e do acesso aos seus recursos naturais, passando a viver como migrantes, sofrem tanto que terminam aceitando e até mesmo desejando estes empregos, por mais frágeis que sejam seus vínculos (PORTO; FREITAS, 1997, RIGOTTO, 2007, 2008; SANTOS, 2011).

Como não possui uma natureza muito clara, a questão ambiental, fica relegada a um posto de menor destaque do que o da saúde, não contribuindo para a visibilidade da relação saúde-ambiente na determinação social do processo saúde – doença. Há um embate entre os que defendem o desenvolvimento econômico e os que defendem o ambiente. Os primeiros não levam em consideração os impactos socioambientais de longo prazo, buscam o desenvolvimento de qualquer maneira; e o segundo, os ambientalistas, que possuem como prerrogativa a preservação ambiental, e que por isto, ficam estigmatizados como antiquados por serem “contra” o progresso e modernização das cidades (AUGUSTO; FREITAS, 1998; AUGUSTO 1999; RIGOTTO, 2007; SANTOS, 2011).

Uma observação mais criteriosa vai contribuir para transparecer que na prática, essas indústrias se instalam sem planejamento e muito menos preparação do território e ainda findam sendo recebidas como sinônimo do desenvolvimento e progresso econômico. Não se preocupam com o impacto no processo saúde-doença e no ambiente, pois não o avaliam, nem discutem, planejam e muito menos evitam, expondo primariamente a população de baixa renda, principalmente pelas condições de vida, emprego, educação e moradia. Além disso, observa-se que elas se utilizam da exploração da mão de obra básica, importam os profissionais para funções mais qualificadas; a força de trabalho de maneira geral é temporária (AUGUSTO; FREITAS, 1998; AUGUSTO 1999; RIGOTTO, 2007; SANTOS, 2011).

Diante disso, podemos perceber que esses grandes projetos industriais são colocados num patamar de impulsionadores do processo de desenvolvimento da economia brasileira, no entanto, não há uma preocupação que, objetive uma melhor qualidade de vida do povo que sofre, pois não houve a dedicação de um planejamento para o desenvolvimento de medidas preventivas para os problemas socioeconômicos, ecológicos e sanitários constatados (AUGUSTO; FREITAS, 1998; AUGUSTO 1999; RIGOTTO, 2007; SANTOS, 2011).

Para tanto, é preciso não deixar cair no esquecimento os processos que já foram vivenciados em outros polos petroquímicos brasileiros a fim de que a reflexão e constatação dos acontecimentos observados com impactos negativos sobre a

saúde humana e o ambiente não continue a ser sentido através dos custos sociais e ambientais. Faz-se necessário a partir disto, o desenvolvimento de medidas para haver uma produção preocupada com os efeitos danosos, bem como uma gestão ambiental, prevenção de impactos e controle oficial da qualidade do ambiente com medidas socioeconômicas que visem a elevação da qualidade de vida da população (AUGUSTO; FREITAS, 1998; AUGUSTO 1999; RIGOTTO, 2007; SANTOS, 2011).

Em Pernambuco há a experiência de um processo alardeado como de grande desenvolvimento e que na verdade traz consigo repercussões negativas tanto para o ambiente, quanto para as pessoas, pois uma região rural, contendo apenas uma pequena parte industrializada, está sendo totalmente modificada com o processo de industrialização, através da chegada de grandes empreendimentos, dentre elas o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), a Petroquímica Suape e a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) que já estavam previstas desde a construção do porto de Suape na década de 1970 (SANTOS, 2011).

O turismo, a agroindústria, a agricultura, a pesca artesanal e prestação de serviços faz parte do panorama histórico-cultural da base produtiva existente nesta região de Suape; e este processo de industrialização acontece com uma aparente organização social, que demonstra fraqueza, pois não questiona as decisões empresariais e do planejamento tecnocrático em função da defesa de seus interesses de proteção da saúde e do ambiente (SANTOS, 2011).

Diante de seu alto potencial para poluição e também causador de prejuízos à saúde e ao ambiente, os órgãos ambientais exigem um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que consistem em ordenamento territorial, auditoria ambiental e ações de educação ambiental para obter a licença de implantação da indústria. Faz-se necessário também o monitoramento das fontes poluidoras e promover a participação da sociedade civil nas questões do gerenciamento ambiental (através de conselho ambiental e da saúde, comitês de Bacia hidrográfica, Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações comunitárias, audiências públicas, etc). E Pernambuco evidencia seu despreparo para o enfrentamento dessas modificações infraestruturais em seu território, ambiente e saúde da população, pois já há registros de vários impactos e problemas, como conflitos sociais; situações estas que poderiam ter sido minimizadas se houvesse um planejamento eficaz (AUGUSTO; FREITAS, 1998, SILVA, 2009).



Há uma função estratégica nos EIA/RIMAS, pois eles servem para promoção do diálogo entre a sociedade, empresas e instituições governamentais; um dos primeiros passos para a realização de uma obra industrial é que ela seja executada respeitando a legislação ambiental e tenha proposta de mitigação, a fim de garantir a qualidade de sua elaboração. Dessa forma, estão sendo considerados os aspectos concernentes à saúde nos EIA, ao incorporar os determinantes sociais da saúde nos contextos onde é desenvolvida a vida social, acrescida da preocupação com a sustentabilidade no modelo de desenvolvimento adotado (SILVA, 2009; VAZ; FREITAS, 2002).

O licenciamento ambiental é o mais importante recurso público de prevenção ou precaução a ser realizado quando da iminência de ameaças à saúde e ao ambiente nos territórios, pois diversos problemas compõem o cenário dos impactos da implantação de uma refinaria de petróleo e como consequência a produção de derivados e resíduos.

No EIA da RNEST, mesmo com seu aspecto preventivo, os efeitos à saúde não foram considerados como deveriam; os ambientes físico e biológico foram os limites da análise dos estudos. Faltou um maior aprofundamento dos aspectos sociais e sua relação dos impactos ambientais com a saúde das comunidades e dos trabalhadores, apresentando um enfoque mais conservacionista. A ausência de uma abordagem ecossistêmica para a complexidade do problema socioambiental e de negociação sobre ações a serem tomadas com os sujeitos sociais envolvidos são demonstradas a partir da exclusão dos possíveis impactos à saúde humana e a negação da incomensurabilidade dos valores ambientais (AUGUSTO, 2009; GURGEL, 2009; GURGEL et al., 2011; SILVA, 2009).

Em um estudo de avaliação do EIA/RIMA da RNEST, de acordo com Silva (2009), constatou-se que ele não apresentou em seu escopo os dados relacionados à saúde e seus potenciais impactos à saúde humana; análise esta que, teoricamente, deveria constar. Percebeu-se que ficaram sem aprofundamento algumas questões sociais e sua relação com os impactos ambientais e com a saúde dos trabalhadores e com as comunidades expostas; muito menos a apresentação e defesa feita pela ampla e democrática convocação da sociedade civil.

Silva (2009) ainda observou a falta de um movimento sindical forte ou uma mobilização social no território de instalação da refinaria. Há uma atmosfera de poucas reivindicações e de omissões da regulação do setor público que utilizam a

promessa desenvolvimentista de geração de empregos e as frentes de capacitação e de especulação imobiliária para deixar o povo estagnado.

A participação social é pequena com o intuito de discutir e resolver os problemas locais e para defender os interesses da população; como por exemplo, o ocorrido na audiência pública feita para discutir os impactos de onde não houve contestação alguma para a instalação do empreendimento, apesar das deficiências do EIA (GURGEL, 2009; SILVA, 2009).

A relação entre os movimentos sociais, os governantes e os pesquisadores precisa ser repensada para que possa haver a discussão de um modelo de desenvolvimento sustentável e de mais estudos no território estratégico de Suape, através da mobilização das lideranças comunitárias, conselhos municipais e estaduais, trabalhadores das indústrias e profissionais da saúde, a fim de que medidas para abrandar o combate aos processos nocivos à saúde, ao ambiente e que comprometam a qualidade de vida da população, através do envolvimento deles nas discussões e decisões sobre seu território e suas vidas (AUGUSTO; FLORÊNCIO; CARNEIRO, 2001; MENDONÇA; CARNEIRO, 2009; STOTZ; PERES, 2009).

As vulnerabilidades socioambientais estão diretamente relacionadas com os impactos à saúde; com isso, temos que a exposição de grupos sociais e populacionais aos impactos que estão envolvidos resíduos perigosos demanda a inserção da preocupação com os danos ambientais na vigilância em saúde ambiental mediante a aplicação de abordagens ecossistêmicas nas ações do setor saúde, instituindo estratégias de comunicação e promoção da saúde, prevenção de agravos e produção de linhas de cuidado em grupos vulnerabilizados (SANTOS, 2011).

Os perigos socioambientais que um empreendimento deste porte pode causar são percebidos apenas após acidentes e desastres, adoecimento e morte de trabalhadores e/ou com a população residente no entorno. Além disso, as promessas de benefícios econômicos e sociais são colocadas em posição de destaque, em detrimento a estas vulnerabilidades e situações de perigo inerentes a estas atividades. Questões como estas dão forma às vulnerabilidades e aos efeitos nocivos a que a sociedade está sujeita nestes territórios. Para tanto, faz-se premente o estabelecer políticas que visem a proteção da vida e deem prioridade às ações de proteção individual e coletivas (SANTOS, 2011).

A sistematização do conceito de Promoção da Saúde é definida e atualizada a cada Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde (Carta de Alma Ata, Declaração de Jacarta, Carta de Bogotá), e tem como objetivo a “criação de condições que garantam o bem-estar geral como propósito fundamental do desenvolvimento, assumindo a relação mútua entre saúde e desenvolvimento”; sendo assim, o crescimento econômico e demográfico parece, geralmente, passar por cima das questões sociais e ambientais levando à piora das condições de vida e elevação dos riscos para a saúde (BRASIL, 2002, p. 45; SANTOS, 2004).

O conceito de sustentabilidade do desenvolvimento precisa ser retomado pela sociedade e pelos governos como um processo de mudança social e elevação de oportunidades da sociedade. Para compatibilizar no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social a fim de direcionar o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para o enfrentamento dos problemas atuais e que atue na prevenção de futuros de forma preventiva (BRASIL, 2002).

As questões ambientais, a partir do século 20, surgiram como assunto importante em discussões de fóruns e encontros internacionais. Nestes eventos, o intuito é a reunião de representantes de várias nações do mundo com o objetivo de compartilhar conhecimentos e experiências, analisar e debater questões internacionais de saúde e ambiente, além de lançar estratégias e recomendações no formato de cartas de intenção e propostas que deverão apontar para ações concretas no mundo (BRASIL, 2007; SANTOS, 2002).

A partir das várias conferências realizadas, há como encaminhamentos alguns acordos e agendas internacionais, cartas com recomendações que servem de guia para atenuar os impactos negativos que as pessoas ao redor do mundo tomaram consciência e colaboraram para a mudança na saúde pública. Com isso, torna-se relevante rememorar o conteúdo de alguns documentos que foram relevantes na progressão teórica e prática da saúde pública em geral e na saúde pública em particular (SANTOS, 2011).

Tema já bastante recorrente em eventos internacionais, a questão ambiental provocou a decisão pelo encontro que resultou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo na Suécia. Como resultado da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, que foi realizado no Cazaquistão em setembro de 1978, foi feita a Declaração de

Alma-Ata (DAA), onde a saúde foi assumida como um direito humano fundamental e a mais relevante meta social em nível mundial, e que passou a ser a obtenção do mais alto nível de saúde em todas as nações. Para tanto, faz-se necessário a ação conjunta de diversos setores para além da saúde, principalmente diante de um contexto mundial de profundas desigualdades entre os países e regiões de um mesmo país (BRASIL, 2002).

Na DAA há o reconhecimento dos diversos fatores que determinam a saúde, que é consequência de um conjunto de interdependências e reciprocidades, como: a paz mundial, o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade devida além de entender a participação e envolvimento no planejamento e prestação dos cuidados de saúde como um direito e dever das pessoas. E compreendem, além do setor saúde, todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, principalmente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, as comunicações e outros setores (BRASIL, 2002).

A primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde em Ottawa, Canadá em 1986, em sua Carta de Intenções reforça um novo modelo de saúde pública que deveria atingir até o ano 2000 e garantir sua continuidade nos anos posteriores, pois

as discussões focalizaram principalmente as necessidades em saúde nos países industrializados, embora tenham levado em conta necessidades semelhantes de outras regiões do globo. As discussões foram baseadas nos progressos alcançados com a Declaração de Alma-Ata para os Cuidados Primários em Saúde, com o documento da OMS sobre Saúde Para Todos, assim como com o debate ocorrido na Assembléia Mundial da Saúde sobre as ações intersetoriais necessárias para o setor (BRASIL, 2002, p. 23).

Diversas outras Conferências sobre Promoção foram realizadas, no entanto, nenhuma com a mesma importância e inovações associadas a esta que surgiu de um movimento mundial por uma nova Saúde Pública, que apareceu como resposta e reação às crescentes expectativas de saúde e bem-estar, especialmente nos países industrializados. O conceito de Promoção da Saúde foi introduzido na Conferência de Ottawa em 1986, como sendo

o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior

participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2002, p. 19).

A ênfase da Carta traz que é necessário adquirir condições que favoreçam os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos, a fim de que eles não prejudiquem a saúde, compreendendo que o setor saúde necessita de ações intersetoriais e interinstitucionais entre governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não-governamentais, autoridades locais, indústria e mídia (BRASIL, 2002).

O foco da Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários estava em minimizar as desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; já as regiões desfavorecidas na 1ª Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, que tinha seu foco nos países industrializados (SANTOS, 2011).

Por fim, foi redigido um documento sobre esses estudos, que foi denominado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. Ele foi apresentado em 1987 e propõe o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1991). Percebe-se que nesse novo olhar das relações homem-meio ambiente, que não há um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, existe também um limite máximo para o uso dos recursos naturais, a fim de que,

como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade (BRUNDTLAND, 1991).

A partir desse Relatório, é implantada a ideia de desenvolvimento sustentável que tem um pano de fundo social e político de confronto entre o desenvolvimentismo e a questão ambiental. A temática sustentabilidade tem sido agregada em diversas conferências internacionais e também de debates sobre o desenvolvimento mundial.

Os termos “economicamente viável, socialmente equânime e ecologicamente sustentável” têm sido muito utilizados nos discursos político e científico, no entanto, o que se vê, hegemonicamente é uma insustentabilidade latente, de qualquer ponto de vista: econômico, cultural, ambiental, social e ético (RATTNER, 2009).

Esse conceito de desenvolvimento sustentável fortalece os vários movimentos em prol da preservação ambiental, ecológica e dos seres vivos no Brasil; e desde então, a formação dos profissionais de saúde foi influenciada por uma nova mentalidade, que integra uma abordagem mais holística e maior consciência ecológica quanto às questões relativas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde da população, visando a geração de medidas concretas de proteção ao meio ambiente (BRASIL, 2002).

Em 1992, no mês de junho, foi realizada a ECO-92, no Rio de Janeiro, trazendo para o debate as recomendações do Relatório Brundtland, assuntos que foram tratados vinte anos antes, com a realização do 1º Congresso Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo e teve como resultado relevante a elaboração de dois documentos, que foram assinados por 178 países (BRASIL, 1992):

- a) A Declaração do Rio – que preconiza o estabelecimento de acordos internacionais que protejam a integridade do sistema ecológico da terra, ao mesmo tempo em que garantam o desenvolvimento das nações e a melhoria da qualidade de vida, respeitando os interesses de todas as partes;
- b) A Agenda 21 Global – que plano de ação que tem como objetivo estabelecer uma série de programas práticos que viabilizem um mundo equilibrado, reconhecendo a complexidade e envolvimento de temas como crescimento populacional, pobreza, desperdício, degradação ambiental, saúde, violência, conflito e decadência urbana, entre outros.

O conceito de desenvolvimento sustentável adquiriu uma dimensão realmente internacional depois da ECO-92, como observa-se no preâmbulo da Agenda 21 Global que diz:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os

processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados. (BRASIL, 1992, cap. 1, 1992).

Diante do desafio proposto seria que até o ano 2000, todos os povos atingissem um nível de saúde que lhes permitissem uma vida saudável e economicamente produtiva; seria preciso uma grande mobilização por parte do governo, organizações supranacionais e comunidade internacional para contribuir na implementação de Cuidados de Saúde Primários, compreendido como fator chave para alcançar a “Saúde para Todos”, regulado pela acessibilidade universal, equidade e justiça social (BRASIL, 2002).

As questões ambientais passaram a fazer parte das grandes agendas, que em sua grande maioria, ficou apenas no discurso, e a minoria pode observar realizações concretas. O surgimento da Saúde Ambiental aconteceu a partir da absorção, pelo campo da saúde pública dos conceitos ambientais, tendo uma nova ideia e ousada com interface entre saúde e ambiente.

A realização de uma Conferência Nacional que colocasse em sua agenda questões que norteassem uma política ambiental vinha sendo idealizada desde a ECO-92 (SANTOS, 2011), entretanto, apenas em 2009, há a concretização dessa ideia com a construção da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (1ª CNSA). A intersetorialidade foi a perspectiva que norteou o processo, pois sua convocação foi deliberada na 13ª Conferência Nacional de Saúde (13ª CNS), processo esse construído mediante alianças entre gestores, técnicos, pesquisadores e militantes engajados (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

O decreto de convocação e coordenação conjunta dos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e das Cidades foi publicado em 15 de maio de 2009, pelo então Presidente da República. Entre os dias 9 a 12 de dezembro de 2009, foi então realizada, mediante parceria dos três ministérios e a representação respectiva de controle social, a 1ª CNSA, que foi antecedida por conferências municipais e estaduais. A conferência teve como lema “Saúde e ambiente: vamos cuidar da gente” e seu tema foi: A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis (STOTZ; PERES, 2009).

A 1ª CNSA teve como objetivo a definição de diretrizes para direcionar a Política Nacional de Saúde Ambiental e assim, apresentou desafios particulares por seu aspecto intersetorial, em que as relações entre saúde, ambiente e desenvolvimento urbano foram discutidas de forma a compor as políticas setoriais, mesmo havendo claros pontos de conflito, bem como estimular um debate e articulação com vários segmentos da sociedade, em particular os movimentos sociais (BRASIL, 2007).

O texto de convocação da 1ª CNSA foi publicado em 03 de junho de 2009 pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e deliberou que, nas esferas municipais, estaduais e do Distrito Federal, os setores de saúde, meio ambiente, infraestrutura, saneamento, educação e trabalho precisariam estabelecer uma associação consigo e com a sociedade, com o intuito de realizar as etapas locais da conferência (SANTOS, 2010).

As comissões organizadoras consolidaram que cada etapa garantisse a participação das mais variadas instituições públicas responsáveis, dos diversos movimentos sociais, entidades privadas e de classe e ONGs que se esmeram nestas questões, num esforço de aumentar a participação da sociedade organizada na Conferência. Com essas publicações, os municípios e estados precisaram se organizar a fim de responder à demanda do CNS. Alguns municípios realizaram Seminários e Plenárias em Pernambuco, uma vez que não haviam conseguido executar as conferências municipais, para dar força à discussão do tema da 1ª Conferência de Saúde Ambiental, reunindo os representantes (convidados e observadores) e eleger os delegados das etapas regionais e estadual (MENDONÇA; CARNEIRO, 2009).

E mais recentemente, em 2012, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20. Seu objetivo era tratar sobre a retomada do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, a partir da avaliação do que progrediu e do que ficou em aberto com relação à implementação das decisões tomadas pelas principais cúpulas sobre o assunto. Em seu relatório reconheceram que os avanços alcançados foram desiguais em relação ao proposto desde a Rio 92, com relação ao desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012)



Em contrapartida, para Miranda e Porto (2012) a grande questão ainda continua sendo as diferentes formas de compreensão da crise socioambiental e quais as alternativas de desenvolvimento ou de sociedade que realmente poderão ser eficazes para sair dela. A compreensão sobre a intensificação dos problemas socioambientais está correlacionada com as desigualdades socioespaciais oriundas do capitalismo globalizado, que mercantiliza a vida e a natureza. Essa globalização econômica, apoiada pelo neoliberalismo, consolida uma divisão internacional do trabalho e seus riscos gerando formas diversas de comércio internacional injusto e insustentável. O que esteia esse tipo de comércio é um metabolismo social que aglutina “maiores riscos, cargas, degradação ambiental e exploração do trabalho nas populações e territórios mais vulneráveis, em especial América Latina, África e Ásia” (p. 71). Em grande parte dos países emergentes e mais especificamente no Brasil, a leitura que reverbera numa visão crítica sobre o modelo de desenvolvimento injusto e insustentável é baseada na produção de *commodities*<sup>2</sup> rurais e metálicas que usurpa os recursos naturais, tornando claras suas consequências negativas. (MIRANDA; PORTO, 2009).

## 2.2 A SAÚDE MENTAL E O SOFRIMENTO SOCIAL

Na abertura da introdução de seu artigo, Martins (2004) traz a definição sobre saúde mental, onde diz que

[...]Saúde mental é um estado de boa adaptação, como uma sensação subjetiva de bem-estar, prazer de viver e uma sensação que o indivíduo está a exercer seus talentos e aptidões (CHAPLIN, 1989 apud MARTINS, 2004).

A autora continua comentando que o conceito de saúde mental precisa conter uma visão de homem mais integral, ou seja, biopsicossocial, onde encontra-se contemplado tanto o seu contexto social, quanto sua fase de desenvolvimento. Sendo assim, é possível conceituar a saúde mental como resultado do equilíbrio dinâmico advindo da interação do indivíduo com os seus diversos ecossistemas:os

---

<sup>2</sup> Mercadorias, principalmente do gêneros agrícolas, minérios e seus processamentos como o ferro, o aço e o alumínio, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. Tem seus preços definidos pelo mercado internacional, possuem baixo valor agregado e normalmente são países mais vulneráveis diante do mercado internacional (TAMBELLINI, 2009).

aspectos orgânicos, o histórico pessoal e familiar, além de seu próprio meio externo e interno (MARTINS, 2004).

Com o desenvolvimento do conceito de saúde mental, ao que anteriormente, considerava a ideia de saúde apenas como “ausência de doença ou enfermidade”, a OMS ampliou o alcance da ideia para “um estado de perfeito bem-estar físico, mental e social”. Atualmente compreende-se que as doenças mentais e físicas são influenciadas pela associação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Os transtornos mentais acometem pessoas de várias idades, países, e causam sofrimento tanto às famílias e comunidades, quanto aos indivíduos (OMS, 2001).

O entendimento sobre saúde mental perpassa uma gama abrangente de aspectos, tais como: o bem estar subjetivo, a auto-eficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional da pessoa. Por isso, há a concordância de que saúde mental vai além da ausência de perturbações mentais (OMS, 2001).

Para além desta ideia, Segre e Ferraz (1997), questionam o conceito de saúde da OMS, que apesar de avançado para a época, atualmente é considerada por eles como “irreal, ultrapassada e unilateral”, tendo em vista a carga subjetiva contida na expressão “perfeito bem-estar”. Eles ainda argumentam a partir de Freud (1908, 1930) que em alguns momentos demonstrou “como a perfeita felicidade de um indivíduo dentro da civilização constitui algo impossível”; pois para ele, a existência da civilização aconteceu quando os homens estabeleceram um pacto entre si, pelo qual trocaram uma parcela de sua liberdade pulsional por um pouco de segurança (SEGRE; FERRAZ, 1997).

Almeida Filho (1999) em seu estudo sobre o conceito de saúde mental, conclui que há uma grande relevância que aponta para uma conceituação positiva, mesmo considerando que possa ter um caráter provisório e limitado, para saúde mental. O autor considera que desde a ideia de normalidade em seu nível subindividual, passando pelo estado de saúde mental em nível individual, e chegando a um conceito mais amplo de saúde mental que traz em seu bojo a expressão de saúde social, que traz consigo as ideias de salubridade psicossocial e a de complexo integral e articulado de forças positivas que visam ultrapassar os limites da normalidade.

Conseqüentemente, o conceito de saúde passa a ser objeto de uma ótica transdisciplinar e totalizadora e afirma que a construção de um objeto-modelo pelas

vias de práticas trans-setoriais, a saúde mental compreenderá um *socius* saudável; “ela implica emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais, equidade, enfim, qualidade de vida” (ALMEIDA FILHO, 1999, p. 123). E, portanto, tem-se que o conceito de saúde mental aparece atrelado a emancipação do sujeito com natureza política (ALMEIDA FILHO, 1999).

A partir disso entende-se que a saúde mental no processo de desenvolvimento econômico e urbanização moderna podem desencadear consequências prejudiciais ao indivíduo e podem levá-lo a necessidade de sair de seu território. Normalmente, estes processos migratórios não trazem melhoria do bem estar social; ao invés disso, seu reflexo se dá através da elevação do índice de desemprego e condições de vida miseráveis, e expõe os migrantes ao estresse social e a uma maior probabilidade de transtornos mentais por não poder contar com uma rede social de apoio (OMS, 2001).

Todos esses itens corroboram para trazer àqueles que são afetados por processo desenvolvimentista, uma grande carga de sofrimento, e temos que a discussão desse tema é antiga, no entanto, seu conceito não se manteve estático, vem sendo modificado com o tempo, haja vista poder ser identificado em diversas formas e nisso advém a dificuldade em sua conceituação. Normalmente, a ideia do sofrimento vem vinculada a elementos da dor física, mas os estudos sobre essa temática sugerem que perpassa esse âmbito (WERLANG, 2013).

Historicamente a ideia do sofrimento social pode ser identificada desde o século XVII até o século XX e não como uma história do sofrimento relacionado à dor, exploração ou comiseração, antes, a história do sofrimento social está ligada à história da “dor das dores”. Sendo assim, podemos conceituar este termo como sendo

a experiência dolorosa de homens e mulheres que vivem no mundo social, um mundo permeado por sintomas da doença das sociedades atuais: expressão de exclusão daqueles que não têm moradia, trabalho, recursos ou mesmo daqueles que, trabalhando, encontram-se submetidos à fadiga nervosa do trabalho. (WERLANG, 2013)

É possível verificar a presença de sofrimento nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse. Ademais, é possível perceber sofrimento em situações de privação

material, onde há a perpetuação da injustiça social e com a perda de liberdade, juntamente com as suas formas e expressões (WILKINSON, 2005).

Para Wilkinson (2005) apesar da correlação feita entre dor e sofrimento, como tendo sido esta colocada em oposição àquela; o sofrimento seria uma “espécie de resposta psicológica, subjetiva à dor”. Com respeito à forma de manifestação, a dor apresenta-se em pontos mais específicos, enquanto que o sofrimento poderá tomar toda a extensão do ser; contestando esse pensamento dicotômico e cartesiano na ideia de corpo e mente, pois temos que cada vez mais, características físicas, afetivas e culturais estariam interligada à dor e ao sofrimento humano, desmanchando fronteiras e demarcações, e o sofrimento poderia, desta forma ser explicado através de uma experiência encarnada através de um contexto social e cultural determinado”.

Na sociologia clássica, destaca Werlang (2013), alguns autores como Durkheim, Marx, Engels e Weber, utilizaram a questão do sofrimento não como fundamento em si, mas como inspiração, como influência em seus estudos. O sofrimento para Friedrich Engels aparece a partir de questões da degradação social, do tormento físico e da miséria gerada pelo trabalho realizado nas fábricas; que com o capitalismo instaura-se uma guerra social de todos contra todos, há um sentimento de exploração mútua. A partir disto, observa as condições de vida da classe operária inglesa submetida ao que prega o modelo capitalista de produção e que se desenvolve também no Ocidente, como descrito na citação abaixo:

As ruelas sujas e infectadas, as casas minúsculas e sem ventilação, o ambiente físico e moral, a alimentação deficiente, as roupas precárias que denunciavam a situação de sofrimento físico, oral e social de toda uma classe trabalhadora que se encontrava (e se encontra) à mercê de condições brutais de vida impostas pela classe dominante (WERLANG 2013).

Já Marx demonstra o sofrimento a partir do “desenvolvimento de toda uma ralé nas cidades a partir da fuga dos servos da área rural”. Bem como a sujeição de homens, mulheres e crianças ao domínio do capital, tornando-se apenas objetos de trabalho, como consequência do aumento de trabalhadores supérfluos colocados na rua pelo capital adicional criado por eles (WERLANG, 2013).

Com Émile Durkheim, há a associação do sofrimento com questões relativas à moralidade, à qualidade das relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade. O

sofrimento poderia ser medido pelo isolamento, solidão e afastamento do grupo social, gerando assim sentimentos negativos. Max Weber contribui apresentando o processo de racionalização que se estende a vários pontos da vida humana, com isso, “a nova servidão, o processo de burocratização, expressão da racionalização do mundo ocidental, estaria avançando e esta marcha seria a verdadeira ditadura a que todos estariam submetidos, subjugados”. O sofrimento para ele viria por conta da incerteza da vida, onde a felicidade é para o porvir e esse caráter provisório desencanta e faz com que o homem desacredite do mundo (WERLANG, 2013).

Contemporaneamente, podemos contar com a contribuição de Pierre Bourdieu para o estudo do sofrimento, através dos temas que tratam da reestruturação produtiva ou industrial e da “nova pobreza” que surge a partir desse processo. Para ele, há uma dificuldade em discernir os sinais sociais do mal-estar que se vive na contemporaneidade, haja vista ele não estar evidente. Com isso, as diversidades de sofrimentos que o indivíduo está exposto teriam sua origem em choques de interesses, de disposições, de estilos de vida diferentes que a convivência dispõe, salientando assim, os locais de moradia e trabalho (BOURDIEU, 2008).

Bourdieu (2008) defende que para além do que está manifesto, é preciso uma preocupação especial a fim de conhecer e compreender de fato o que leva as causas do mal-estar, pois os sinais não estão tão claros e são de difícil interpretação. Para o autor, a fim de ultrapassar essas barreiras que encobrem a expressão do mal-estar ou sofrimento real, ele acredita que é preciso que as pessoas tomem consciência de quais mecanismos levam a uma vida mais dolorosa e a partir do conhecimento da origem social de seu sofrimento e assim possam se sentir de alguma forma desculpado.

Podemos perceber que Bourdieu (2008) traz à tona a questão de que os sofrimentos são desencadeados por conta dos mecanismos econômicos e sociais e que são difíceis de serem descontinuados ou transformados; e conseqüentemente, há uma grande carga de tensão e densidade para a realidade social e provoca ocorrências de pobreza, miséria e frustração.

Ele defende que aparecem novas realidades sociais a medida que mudanças são produzidas, fazendo-se necessário ter cuidado para entender, haja vista não aparecerem como realmente são. Através dessas mudanças, da realidade social, há também impacto nas expressões das desigualdades e contradições que possuem

marcas difíceis de serem traçadas e que configuram espaços de exclusão acometendo a vida das pessoas nas mais diversas formas. Com isso há a formação dos contornos do sofrimento, como sendo na forma de estruturas sociais violentas e que engendram a precariedade em todas as suas dimensões (BOURDIEU, 2008).

Mais recentemente, há Castel (2001) que também trata do sofrimento sob o viés da falta de trabalho que acarreta no isolamento e conseqüentemente podendo desenvolver processos de exclusão, ou como ele denomina, processos de desfiliação. Ele argumenta que a vulnerabilidade social traz consigo a fragilidade no trabalho e concomitantemente, a carência dos suportes de proximidade, dos apoios sociais que geram confiança.

O autor continua afirmando que as vulnerabilidades sociais nascidas das coerções em demasia nas sociedades pré-industriais passaram a aparecer com o enfraquecimento das proteções sociais. As novas exigências no trabalho trazem em seu bojo a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a fragilidade do trabalho, o desemprego e o trabalho precário. Por conseguinte, desfaz-se a ideia do pertencimento e desperta em parte da população a inutilidade social; esse aspecto atinge diretamente a identidade que está relacionada com a questão do trabalho e desenvolve uma carga de sofrimento ou ainda, em casos mais extremos a autodestruição (CASTEL, 2001).

Para além do que Castel (2001) chama de “circuito das trocas produtivas”, há o estabelecimento de uma crise de identidade pelo trabalho e neste momento que começa o processo de desfiliação, isto é, a falta de “inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido”, pois este não está totalmente destituído de seus vínculos, entretanto, este afastado do centro de coesão social.

Finalmente, podemos destacar que para o referido autor há duas perspectivas em que os indivíduos podem ser conectados no âmbito social: uma econômica e uma social. Na primeira, encontra-se o emprego em seus diversos formatos até que chegar ao desemprego. No segundo encontram-se as outras maneiras de inserção dos indivíduos, tais como: família, vizinhança, comunidade e que podem retroceder. Ainda nestas dimensões de conexão, Castel (2001) estabeleceu quatro tipos de zonas, quais são elas: zonas de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação.

Na zona de integração os sujeitos encontram-se estáveis em seus empregos e há solidez em suas relações sociais. Há grande sensação de segurança nesta

zona e formam redes de dependência fortes e coerentes. A zona seguinte é a de vulnerabilidade, é quando o indivíduo já se sente ameaçado diante da fragilidade do trabalho e também dos laços sociais. Há uma instabilidade crônica e estão sempre na ameaça iminente de passar para a zona de desfiliação, caso não alcance os requisitos para o suporte social na zona da assistência. Na terceira zona, a de assistência, seria o apoio social geralmente dado ao indigente inválido que já é conhecido, sabe-se onde reside, que participa de alguma instituição religiosa. Essas pessoas ou instituições atuam como imbuídas de uma responsabilidade de garantir (ou da possibilidade de garantir) que o indivíduo não seja desligado do social, tendo em conta que já se encontra vulnerável. Enfim, a zona de desfiliação, que além de perderem seus empregos, perderam também as relações anteriores que eram estabelecidas como o bairro, a vizinhança e família. O sofrimento e a insegurança surgem pois essas relações são prejudicadas com o passar do tempo (CASTEL, 2001).

Com base nisto, Werlang (2013) alega que há uma repercussão em forma de sofrimento na vida das pessoas que advém daquilo que o poder político, econômico e institucional cria e, ainda mais como essas respostas sociais são influenciadas pelas formas de poder. Sendo assim, é possível identificar que na categoria do sofrimento social podem ser incluídos aspectos ligados a questões morais, religiosas, de saúde, bem-estar, legais etc.

A expressão do sofrimento social contemporaneamente podem ser apontadas a partir das fragilidades individuais advindas da exigência social de autonomia e do estabelecimento de uma configuração social que não concede garantias institucionais ou proteções formais. Assim sendo, o sofrimento social precisa ser refletido em sua estreita ligação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade autônoma e que simultaneamente não dá o suporte para que aconteça. Diante deste cenário paradoxal onde ao mesmo tempo em que o indivíduo é chamado para exercer sua autonomia, são retirados os suportes sociais e os aparatos de formação dele, tendo como consequência o sofrimento social (WERLANG, 2013).

### 2.3 O CAMINHO PARA A DESTERRITORIALIZAÇÃO

Etimologicamente território deriva do latim *terra*, e *torium* e significa terra que pertence a alguém e entende-se que significa um pedaço não pedregoso, asfaltado,

ou cimentado da superfície da terra; podendo ser de argila, areia ou saibro. Outro entendimento é obtido para território sendo referido a uma extensão de terra, mas que engloba uma relação de poder ou posse de um grupo social sobre aquela extensão terrestre (GEIGER, 1998).

Andrade (1998) comenta que o termo território nas ciências naturais, estaria ligado a “uma área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma”, perdendo sua intensidade a medida que se afasta do centro e aproxima-se da periferia. Para o referido autor é necessário destacar que não se deve confundir o conceito de território com o de espaço ou lugar, pois aquele está relacionado com a ideia de domínio ou de gestão de uma área.

Para Milton Santos (1998), a ideia de território que carregamos, foi herdada da Modernidade e para ele, o que mais interessa para a análise social é o uso do território e não o território em si. O estudo do território se faz relevante para manter distante a alienação ou o “risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, ou ainda o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 1998. p. 15). Para o autor, o território quando está em uso ou foi usado, pode ser comparado como espaço humano, habitado.

A relação a ser feita é que território está ligado a ideia de poder, sendo ele público, estatal ou de grandes corporações que visam grandes áreas territoriais, ultrapassando fronteiras políticas (ANDRADE, 1998). A partir da formação de um território as pessoas tomarão consciência de sua participação, suscitando o sentimento de territorialidade que subjetivamente cria uma consciência de confraternização entre elas. Apesar de a expressão territorialidade admitir uma conotação daquilo que está no território e que está sujeita à gestão do mesmo; no entanto, será utilizada a conotação em que admite ser o “processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar um território” (ANDRADE, 1998).

Com o intuito de entender a relação entre a identidade e o pertencimento do sujeito à terra a qual vive, é preciso entender melhor os conceitos de território e territorialidade. O primeiro traz consigo duas conotações: uma material e outra simbólica. A primeira se dá pelo viés da dominação jurídico-política da terra inspirando terror e medo, especialmente para os dominados. Na segunda ideia o território inspirará uma identificação com caráter positivo e com a efetiva apropriação (HAESBAERT COSTA, 2004).



Para Haesbaert Costa (1997) o território não é compreendido apenas a partir do que está dominado e controlado politicamente na estrutura, mas também agrega a dimensão simbólica e de identidade dos grupos que compõe. Para o autor é relevante que as relações de poder sejam compreendidas, como também as relações com: recursos naturais, produção ou ainda, as ligações afetivas e de identificação do grupo social com o seu espaço (HAESBAERT COSTA, 1997; SOUZA, 2007).

A identificação social das pessoas advém do fato de vivermos no espaço e reconhecê-lo como um espaço vivido. Com isso pode-se ter a definição da região como um “espaço de identidade ideológico-cultural”. Sendo assim, Haesbaert Costa (1997) afirma: “é o sentido de pertencer a uma região e/ou território” (HAESBAERT COSTA, 1997; SOUZA, 2007).

A perspectiva histórica no contexto da territorialização – dimensão do espaço-temporalidade – pode ser realizada no cotidiano dos grupos que constroem vínculos tanto com os que estão dentro, quanto com os que estão fora, a partir daquilo que é vivido, sentido, percebido e concebido, produzindo assim o conhecido e o reconhecido. E assim, permite que haja identificação com elementos do “seu” espaço que foi realizado em “seu” processo histórico (HAESBAERT COSTA, 1997; SOUZA, 2007).

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-culturais, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção (HAESBAERT COSTA, 1997; SOUZA, 2007).

O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (HAESBAERT COSTA, 1997; SACK, 1986; SOUZA, 2007).

A territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial, Sack (1986) ainda reforça que está ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como a organizam e como elas dão significado ao lugar. O fato de um indivíduo estar num

determinado lugar e em um determinado tempo, propiciam que este mesmo indivíduo participe de redes de sociabilidade que lhe permitem construir seus referenciais com o qual ordena o mundo (SOUZA, 2007).

Sendo assim pode-se entender que a territorialidade é a expressão do processo comunicacional que acontece com os outros que estão nas proximidades e que revela o devir da identificação constantemente. Ao buscar compreender o movimento que faz com que o território constitua o *locus* da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens, fazemos isso tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva (SOUZA, 2007).

Para Souza (2007), com o passar do tempo, a relação identidade-território se torna o principal aspecto do sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com seu espaço de morada. A caracterização do espaço como território é dada pelo sentimento de pertença ao espaço que se vive, a partir da concepção do espaço como *locus* de práticas em que há o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade.

Por fim, a compreensão do território como lugar da ação, implica também a busca de dar relevância ao que cada caso apresenta de específico, quer seja a atuação de uma associação de bairro, no caso do movimento dos sem terra ou nos atingidos por barragens ou dos quilombolas. Sendo assim, é preciso “compreender a territorialidade como o conjunto daquilo que se vive pelo conjunto no cotidiano, as relações de trabalho, familiares, comunitárias, de consumo, de tal modo a não homogeneizar a sociedade” (SOUZA, 2007, p. 138).

No movimento contrário ao da territorialização, temos o que foi chamado de desterritorialização e que Felix Guattari (2012) emprega o termo des-territorialização nas mudanças estruturais em objetos, até os não-geográficos, por conta das novas subjetivações, que estão relacionadas com as novas relações entre populações e territórios, fundamentando-se em sistemas de fluxos de elementos materiais e imateriais novos. O entendimento da desterritorialidade é da “perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” (CORRÊA, 1998).

Conforme Octávio Ianni (1992), a desterritorialização acontece como um resultado da globalização (que) tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias, onde tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa,

agência, gerência, *know-how*, projeto, publicidade, tecnologia e acrescenta que a desterritorialização pode ser aplicada também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em formatos que transferem fronteiras e identidades territoriais específicas. Essa manifestação se dá em diversas esferas: econômica, política e cultural. Ele acredita que de alguma maneira, todos os níveis da vida social são atingidos pela transferência ou eliminação de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência.

Como ideia complementar, Neves (1998) também traz para questão dos atingidos pela desterritorialização, o conceito da Simone Weil (1979 apud NEVES, 1998; MATIELLO, 2011) de desenraizamento, onde ela conceitua primeiro o enraizamento como sendo

talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente (WEIL, 1979, p. 347 apud NEVES, 1998; MATIELLO, 2011).

Para Haesbaert Costa (2003) há algumas possíveis leituras do termo desterritorialização, em que primeiro destacam-se as que trazem território como sinônimo de espaço físico, substrato material da atividade humana, que facilmente é confundido pela ideia de desterritorialização como sendo apenas um enfraquecimento das mediações espaciais. Sendo assim, a desterritorialização que aparece como “superação dos entraves locais ou dos fatores de localização” possui uma dimensão economicista e pode ser identificada como sinônimo de deslocalização.

Numa segunda ótica, Haesbaert Costa (2003) destaca que ela pode ser confundida em algumas partes com a leitura anterior, ou pode ser entendida como seu pré-requisito, tendo em vista que evidencia o domínio das relações imateriais ou que dispensam as bases materiais. Esta leitura compreende a desterritorialização como um modo de “desmaterialização das relações sociais”, ou seja, a falta de um referencial de espaço concreto por se desenvolver no meio digital, ou mais conhecido como ciberespaço.

E por fim, há a concepção de desterritorialização que perpassa as questões de substrato físico e material, mas também inclui as relações de poder e as

estratégias identitárias. Destarte, essa leitura dá destaque à dimensão cultural, em que a desterritorialização está associado ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Contemporaneamente, a desterritorialização tem sido correlacionada como à efetiva apropriação e domínio do espaço, sendo particularmente relacionada aos processos de exclusão sócio-espacial (HAESBAERT COSTA, 2003).

Nestes termos, Haesbaert Costa (2003) comenta que desenvolveu trabalhos sobre os “aglomerados humanos de exclusão”, em que trata de uma “desterritorialização como perda de acesso a terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, mas como *locus* da apropriação simbólica”. Para o autor, esses “aglomerados” representam bem os níveis mais acentuados da “desterritorialização contemporânea” e que possuem características que representam os processos de “exclusão socioespacial ou de des-territorialização precária em que estão estabelecidos, tais como:

a) Instabilidade e/ou a insegurança socioespacial; b) a fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com o seu espaço (tanto em termos de relações funcionais, quanto simbólicas); c) a mobilidade sem direção definida, como em muitos fluxos de refugiados, ou a imobilidade sem efetivo controle territorial (HAESBAERT COSTA, 2004).

Com a descrição dessas características há a possibilidade de identificação dos diversos tipos de aglomerados de exclusão conforme os grupos socioeconômicos e culturais incluídos, a forma de espacialização e o caráter temporal em que são estabelecidos. Ao relacionar a desterritorialização com a exclusão social, é possível perceber que, apesar de favorecer a perspectiva de território que atrela indissociavelmente as dinâmicas política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre ligados, em maior ou menor proporção, “à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias identitárias”.

Nesta mesma linha, é possível compreender os excluídos não sendo apenas rejeitados física, geográfica ou materialmente, ou não somente do mercado e suas trocas, todavia também de das “riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. Para tanto temos Castel (2001) que trabalha com a noção de exclusão e que discrimina três modalidades

deste conceito e que passa a chamar também de desfiliação: no primeiro suprime completamente a comunidade através da expulsão ou ainda o genocídio; o segundo é o que desenvolve espaços fechados e isolados da comunidade; e o último impele algumas categorias da população a um status especial que vai permitir a coexistência na comunidade, no entanto alguns direitos serão tolhidos para a participação em atividades sociais.

Desfiliação traz consigo a ideia de uma ruptura de pertencimento, de vínculo societal, e conseqüentemente o desafiliado será aquele que o percurso tem uma série de rupturas relacionadas com momentos de equilíbrio anteriores, que podem ser mais ou menos estáveis ou instáveis. A reflexão de Castel parte dos eixos de integração /não integração do que diz respeito ao campo do trabalho e das relações sociais; no primeiro contemplando a precariedade e a instabilidade dos vínculos do mundo de trabalho formal e no segundo, a fragilização dos vínculos familiares, de vizinhança, da comunidade e de instituições, que podem produzir cortes que levam ao isolamento social e à solidão (CASTEL, 2001).

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender os nexos de associação entre o sofrimento social e sua relação com o processo de desterritorialização dos moradores da Ilha de Tatuoca, Ipojuca – PE.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Caracterizar a relação de identidade/pertencimento ao lugar da população na Ilha de Tatuoca;
- b) Descrever o processo de desterritorialização da população na Ilha de Tatuoca;
- c) Identificar a compreensão dos moradores da Ilha de Tatuoca acerca da associação entre sofrimento psíquico e o processo de desterritorialização da população na Ilha de Tatuoca.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

### 4.1 DESENHO DO ESTUDO

Trata-se de estudo de caso com uma abordagem qualitativa, que conforme Yin (2004) é uma investigação extensiva e intensiva que utiliza o subsídio de todas as técnicas de avaliação e análises possíveis para alcançar a uma síntese e interpretação de um caso; seu propósito é compreender e diagnosticar um sujeito, sua natureza e causas de seus problemas, a fim de tratá-lo e orientá-lo. Este autor sugere como situação relevante para a escolha dessa estratégia de pesquisa, que a forma da questão da pesquisa seja feita com “como” ou “por que”, que não exija controle dos eventos comportamentais e que focalize os acontecimentos contemporâneos.

### 4.2 ÁREA DO ESTUDO

O estudo foi realizado na Ilha de Tatuoca, localizado no município de Ipojuca em Pernambuco, com distancia média de 52km da capital do estado e fica dentro do Complexo Industrial e Portuário de Suape, possui uma área de 7,5 km<sup>2</sup>, com seu terreno em sua maioria na forma de planície (MILIANO, 2010).

De forma mais abrangente, a localidade está dentro do Território estratégico de Suape, situado a 40km do Recife, entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ocupa uma área de 1.774,07 km<sup>2</sup>, tendo em 2007, uma população de 1.011.276 habitantes, chegando a 12% da população de Pernambuco. (AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2014)

### 4.3 PERÍODO DO ESTUDO

O estudo foi realizado com algumas visitas à Ilha de Tatuoca no período de 2012 e 2013 para conhecer o local e a população. Também houve participação nas reuniões do Fórum Suape, que permitiu conhecer o líder da comunidade de Tatuoca e finalizando com a coleta de dados realizada por meio de uma incursão em 2013.

#### 4.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram os moradores da Ilha de Tatuoca. A partir de visitas feitas ao local identificamos algumas famílias que ainda moram lá e durante o período da incursão, coletamos 8 entrevistas, mas que 1 não pode ser aproveitada tendo em vista que o entrevistado recusou-se a assinar o TCLE.

Ressaltando que o número final de entrevistados obedeceu a saturação do discurso. Foram incluídos aqueles nativos da Ilha e maiores de 18 anos. Foram excluídos todos os que não são nativos. A população foi selecionada por conveniência com o apoio da liderança da comunidade.

#### 4.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para o desenvolvimento desse estudo foram utilizados métodos qualitativos, e contaram com as seguintes técnicas: entrevistas e observação participante.

##### **4.5.1 Observação Participante**

A observação participante é um instrumento de pesquisa fundamental na abordagem qualitativa, segundo Minayo (2004). A postura adotada para execução deste projeto foi de participante-observador (MINAYO, 2008) onde o pesquisador assume um papel em que fica claro para si e para o grupo que a relação estabelecida entre eles é restrita ao tempo da pesquisa. Esse esclarecimento permite minimizar os problemas de envolvimento que podem acontecer, colocando em questão a “suposta” objetividade nas relações.

O termo observar no campo da pesquisa qualitativa significa “examinar com todos os sentidos um grupo de pessoas, um indivíduo dentro de um contexto, com o objetivo de descrevê-lo” (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 62). As observações são caracterizadas pelas “conversas informais, comportamentos, cerimoniais, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa” (MINAYO, 2004, p. 100).

Pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo da pesquisa qualitativa. O observador está em relação mais próxima com os observados e ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim, o observador é



parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas de uma entrevista. Os dados obtidos a partir da observação foram registrados no diário de campo, onde apareceram as impressões pessoais que sofrem mudanças ao longo do tempo; resultados de conversas informais; observação de comportamentos contraditórios, manifestações dos participantes referentes aos vários pontos investigados (MINAYO, 2008).

Dentro desse contexto, já foram realizadas algumas visitas a Ilha e conseguimos contato a partir das reuniões do Fórum Suape, que é uma entidade que está se organizando pela sociedade civil como movimento de resistência às arbitrariedades do Complexo de Suape com o meio ambiente e a população.

A partir disto, algumas questões foram observadas, dentre elas, é que a população de forma geral encontra-se bastante desacreditada em relação às pesquisas que são realizadas naquela localidade, então, por sugestão de uma das lideranças de Tatuoca, foi realizada a coleta de dados ficando hospedados de alguns dias dentro da ilha, haja vista atualmente o acesso está bastante restrito e sendo cada vez mais dificultado por parte dos “coronéis” de Suape (indivíduos aposentados na patente de Coronel das Forças Armadas, contratados como funcionários do CIPS, para administração do território), ficando difícil a coleta ser realizadas em períodos variados.

Além desta questão, passando alguns dias nesta incursão, a observação participante forneceu subsídios para o estudo e contribuiu para o momento da entrevista e as pessoas já tinham diminuído o “estranhamento” em relação a pesquisadora.

#### **4.5.2 Entrevista**

As entrevistas com roteiros semi-estruturados permitem a descrição do caso individual; a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos; a comparabilidade de diversos casos; e permitem ainda fazer surgir e comunicar o nível sócio-afetivo-existencial (MINAYO, 1994).

A entrevista é considerada um instrumento de coleta de dados primários, pois se caracteriza por permitir a troca de informações entre as pessoas, possibilitando ao entrevistador recolher informações através da fala dos atores sociais. Também permite que ao longo do processo sejam introduzidas outras questões que podem surgir de acordo com as informações que se deseja obter (MINAYO, 1994; TANAKA; MELO, 2001).

Minayo (2008) considera que as informações obtidas tratam da reflexão do próprio sujeito diante da realidade que vivencia e que normalmente é denominada pelos cientistas sociais como “subjetivas”, mas que só há possibilidade serem conseguidas com a colaboração da pessoa. Podem se constituir como uma representação da realidade: crenças ou maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos.

No presente estudo, o processo de entrevista foi realizado com as pessoas ainda residentes na Ilha de Tatuoca e foram incluídos todos os nativos da Ilha e forem maiores de 18 anos. Aqueles que não eram nativos foram excluídos. A população foi selecionada por conveniência com apoio da liderança da comunidade; ressaltando que o número final de entrevistados obedeceu a saturação do discurso. As entrevistas seguiram um roteiro guia (Apêndice 1) foram gravadas em meio digital mediante a anuência do participante, que assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apendice B). O roteiro guia foi complementado por outras questões pertinentes ao momento da entrevista, tendo em vista que há de se considerar que esse tipo de entrevista promove o surgimento de informações mais livremente e as respostas não precisam estar interligada necessariamente a alternativas padrão (MANZINI, 2004).

#### **4.5.3 Tratamento e Análise dos Dados**

A técnica de análise de conteúdo foi aplicada aos dados obtidos por meio da entrevista e observação participante, vez que a mesma se constitui num instrumento adequado a estudos que visam a apreensão de mensagens reveladas ou ocultas, num esforço de “vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (MINAYO, 1999, p. 203). Para além

dos significados manifestos, visa-se com esta técnica, atingir um nível mais aprofundado de leitura.

Todos os dados coletados nas entrevistas que foram transcritos textualmente, e os dados provenientes observação participante, foram inicialmente analisadas com o auxílio do Software Atlas ti 5.0 e em seguida, tratados de acordo com os valores atribuídos aos núcleos de sentido, conforme a técnica apresentada por Bardin (2004). Os entrevistados foram identificados com a sigla “P”, ficando P1, P2, P3 e assim sucessivamente para que seu anonimato fosse garantido. Mais especificamente, foi utilizada, dentro da técnica de Análise de Conteúdo, a Análise Temática, que de acordo com Minayo (2008) consiste em descobrir os núcleos de sentido que fazem parte do processo comunicacional.

Na prática, a análise temática foi realizada em três etapas: a primeira: pré-análise em que haverá a leitura flutuante, constituição do corpus e formulação e reformulação de hipóteses e objetivos e nesta fase determina-se a unidade de registro (palavra-chave), a unidade de contexto (delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro), os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais que orientarão a análise. A segunda etapa consiste na exploração do material em si, que visa atingir o núcleo de compreensão do texto. E a terceira etapa, onde aconteceram o tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 2008).

A partir dos dados obtidos através das entrevistas, foi possível realizar a análise de conteúdo a fim de que pudéssemos analisar o sofrimento social e sua relação com o processo de desterritorialização dos moradores da Ilha de Tatuoca. As categorias temáticas escolhidas para análise foram 3: relação de identidade/pertencimento ao lugar; o processo de desterritorialização e o sofrimento social.

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os riscos do estudo referem-se à possibilidade de publicização das identidades dos sujeitos, expondo-os a situações desconfortáveis perante a sociedade. Garantimos, no entanto, que todos os cuidados necessários foram adotados no sentido de evitar esses riscos.

Neste sentido, foram respeitadas as normas referentes às questões éticas no que se refere à pesquisa com seres humanos. Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), conforme determina a resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética do CpqAM e aprovado com o número de registro: CAAE: 20168313.4.0000.5190 (ANEXO A).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos nas entrevistas e observação participante, houve a possibilidade de realizar uma análise de conteúdo temática que proporcionou analisar o sofrimento social da população da Ilha de Tatuoca e a relação com o processo de desterritorialização.

Neste capítulo, os tópicos a seguir estão apresentados conforme as categorias que foram analisadas a fim de responder os objetivos específicos desta pesquisa; e a discussão foi inserida a cada aspecto do resultado demonstrado.

### 5.1 RELAÇÃO DE IDENTIDADE/PERTENCIMENTO AO LUGAR

De acordo com os moradores da Ilha de Tatuoca, a grande maioria deles, são nascidos e criados lá ou chegaram muito pequenos, quando seus pais começaram a ocupação do local. A Ilha tinha apenas um administrador que dava a “permissão” para que eles pudessem construir suas casas e também lá trabalhassem tanto para seu próprio sustento, quanto para uma forma de pagamento ao dono da terra.

No mais os moradores tinham uma vida tranquila, em que referem em tempos passados a momentos de festas e pastoris que eram levados por um dos primeiros moradores de Tatuoca.

Meu pai era homi de toda festa matar um poico (porco), todo são João matava um porco...era muitcho divirtido...vinha sonfoneiro de fora, era muitcha aligria, viu? Era muitcha...todo domingo vinha sonfoneiro de fora que era...nao tinha energia, mas se botava o negóço pra dançá...era muitcho bom...tinha pastori...tinha cilco (circo)...era...era...Tatuoca era muitcho bom, vi! Só se a pessoa tivesse filmado, porque num parece quem vê na televisão a pessoa quando era pequena...vai crescendo...vai pro moço e mostra ele velhinho...era bom que tivesse naquele tempo filmado pra mostrar a você agora o que era Tatuoca. Agora acabou – se tudo e não tem mais o que a gente esperar mais não (P4).

Outra referência feita é que Tatuoca era um paraíso, pois tudo dava! E daí também advinha a principal atividade econômica deles que era através do mangue e da pesca, além de agricultura para subsistência. Na época de safra de algumas frutas, eles conseguiam também fazer um complemento da renda com a produção de alguns doces ou a venda da própria fruta nas estradas próximas.

O meio da gente se segurá aqui antes de Suape era...era...o mangue mermo...toda vida aqui a gente vivia no mangue, e como hoje a gente ainda tá vivendo dele ainda aqui, né? Pouquinho ou muito, mas a gente tá vivendo dele ainda...(P5).

Trabaiava com crustáceo...com peixe, eu criei 12 filho com crustáceo (P1).

A pesca, continuava sendo pescador, pegando guaiamum, siri, carangueijo, minha vida sempre foi pesca (P3).

Aí eu peguei a fazer cocada...fazer cocada...oia, saia bem, viu? E quando era tempo de caju..."os menino era de dá trei (três) viagem (P4).

Agora, a Tatuoca em peso era de roça de meu pai...Tatuoca era todo limpo, lugar de prantar era todo limpo, era de roça (P4).

Além de questões econômicas como as citadas, mas que também afetam o cotidiano, eles também trazem em seu discurso que aquele local tem uma grande importância do ponto de vista mais subjetivo, considerando que lá estabeleceram seus costumes e relações sociais.

Pra mim, Tatuoca é minha vida! Era, né? É...Tatuoca era minha vida...que, que digamo...eu saía aqui, como eu disse a você...a gente ia pra pescá, o marido dela é prova aí...uma vasilha cheia de peixe (P1).

Que eu acredito que as famílias que "tão" em Tatuoca, não deveriam sair e sim, ter trabalho social pra que essas famílias pudessem...porque hoje como da pesca não tem como sobreviver da pesca, mas que essas famílias pudesse tá lá com projeto social o artesanato, é...fazer um tipo de viveiro pra que essas famílias continue...que casa de farinha pras pessoas, se tivesse as pessoas "prantar" quer dizer, várias...vários projetos sociais que os empreendimentos poderia se agregar a Ilha de Tatuoca e até porque aquela área é uma área verde. Nós poderia ser cobrado pra se fazer uma "prantação" da área verde, e nós ter a liberdade de viver na Ilha sossegadamente, não com pressão de Suape (P3).

Tatuoca era...tinha muitcha importância pra mim...agora eu faço que nem todo mundo diz...hoje em dia num tem mais nada, porque tudo que se prantava em Tatuoca dava...mai tiraro a vitamina da terra, inté as águas puxaro (P4).

Percebe-se nos depoimentos acima a evidência de elementos do processo de construção da identidade, que de acordo com os princípios sugeridos por Breakwell (1993), para a construção e conservação da identidade, são quatro: a) o princípio da distintividade que em relação ao lugar, está ligada a forma como os indivíduos percebem as características positivas e conseguem distingui-las de outras localidades; b) o princípio da continuidade tem a ver com a intenção de manutenção da continuidade ao decorrer do tempo e situação entre os autoconceitos anteriores e atuais; c) o princípio da auto-estima no que tange a questão do ambiente, está

relacionada a avaliação positiva do *self* por meio do sentimento de pertença a um lugar e também da apreensão de características relativas ao mesmo; e por fim, d) o princípio da auto-eficácia em que se associa aquilo ao que o indivíduo acredita em seu potencial de gerenciar e atender as demandas situacionais, na medida em que o ambiente atende as suas necessidades. Portanto, caso alguns destes princípios seja afetado, a identidade do indivíduo pode ser comprometida.

Corroborando com estes princípios, Speller (2000) em seus estudos pode observar que no processo de realojamento de uma comunidade de mineradores, houve alterações no aspecto ambiental que consequentemente desembocaram em mudanças no conteúdo identitário e que afetaram os princípios da distintividade e da continuidade.

Com o início das atividades do Complexo, e mais especificamente o Estaleiro, os entrevistados referiram que o sustento que vinha da natureza, passou a ser gradativamente extinto. Tal fato foi decorrente dos constantes aterramentos do mangue que não chega mais à sua vazão completa atrapalhando a retirada dos crustáceos e da construção de uma via terrestre para acesso à Ilha.

Hoje se eu for criar (os filhos) um eu num crio...porque num tem condições mai...hoje nós vai pescá e num pega peixe...vai pegá siri e num pega siri...cabousse...o mangue tá sendo todo aterrado...como a sra viu, ne?...tá todo aterrado...hoje é eu e eu mermo...sozinho em casa... tem condições de viver mais não (P1).

Agora, acabouse tudo, né minha fia...porque se hoje eu apranta um milho num dá, se eu prantá uma melancia, um jerimum, num dá mais...tudo primeiro dava. Dá mai pra banda dali, que é barro...mai aqui que era onde a gente prantava que dava, num...cabousse tudo (P4).

Na minha opinião aqui...a única mudança que a Suape entrou aqui, cumê...é porque piorou de tudo, né? Porque o que a gente ganhava aqui, num ganha mais...hoje mais não...hoje acabou tudo, num tem mais o que a gente pegar aqui (P5).

Essa situação de descaracterização da forma de garantir a renda da família foi intensificada, segundo eles, pois as cacimbas de água que eles utilizavam para tomar banho e fazer comida estão secando, tornando difícil a convivência em Tatuoca.

É...agora eu num me sinto feliz não porque quando a gente fomo morá aqui num tinha esses negócio de muriçoca, esses negócio isso essas coisa assim...água com fartura, e agora num tem mais nada disso (P6).

De piora, a seca, a seca foi que acabou com tudo, que aqui as cacimba nunca secou...nunca secou....depois que fizeram esse Estaleiro. A cacimba daqui nunca secou...agora...secou, secou tudo, os pé da mangaba morreno, os pé da mangueira tudo morreno (P2).

De frutera...que aqui a gente tinha...tinha uma manga, tinha um caju, quarqué fruta....tinha uma mangaba...hoje a gente num tem, né? (P5).

Para Barcellos (2009) essa situação pode ser tomada como consequência ou ausência do desenvolvimento econômico que vem da pobreza e com isso, se mantém os problemas das populações pobres em terem acesso a bens e serviços básicos, tais como saneamento, alimentação e transporte. Porto e Milanez (2009) afirmam que quando os recursos naturais e espaços públicos são tomados para finalidades que produzem exclusão e expropriação, elas geram reações através de movimentos sociais, grupos e populações atingidas em seus “direitos fundamentais, que tenham a ver com questões de saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos” (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1984).

Como ficou inviável continuar com a pesca e a retirada de crustáceos do mangue, alguns relataram que ainda aderiram a programas de profissionalização oferecidos por Suape ou pelo Estaleiro. Entretanto, concluir um curso profissionalizante não garantiu aos moradores da ilha a inserção no mercado de trabalho. Para alguns dos entrevistados, mesmo tendo aprendido uma nova atividade profissional, a falta de escolaridade foi mais determinante para o desemprego, agravando a situação econômica e de marginalização.

Eu hoje, eu sou profissionalizado na área de pintura, sou pintor profissional, só que hoje, na minha idade, é raro você encontrar uma vaga de emprego e com a escolaridade que eu tenho, a quarta série. Hoje, qualquer empreendimento, hoje, ele pede o segundo grau completo (P3).

Té aqui agora to, minha profissão...é soldador...mas eu to desempregado. É o tipo da coisa...porque...chegou, eu peguei a profissão..de...de...de... do Estaleiro, e agora....agora, só pega qualificado, eu num tenho segundo grau completo...entendeu? Eu num tenho segundo grau completo, e só pega gente qualificado, só tenho o primeiro grau completo e fica nessa pendenga, entendeu? (P7).

Eu...chego na porta ali no Estaleiro ou no Porto, boto o currículo...logo ali ele abafa...é...chega fulano e trai uma peixada boa...aí é tu que vai...veio gente de São Paulo, Bahia, tudinho...empregá aqui..e nós daqui...eles come a carne e nós o osso...é...isso é verdade (P1).

A partir do exposto, encontramos no livro “As metamorfoses da questão social” de Castel (2001), o estudo dos indivíduos que sofreram situações extremas



de vulnerabilidades do laço social e que ele chamou de inúteis no mundo<sup>3</sup> demonstrando o aparecimento de novas formas de exclusão, que Carreiro (2003) comenta ser o gerador do imaginário da inutilidade, diante da falácia de inclusão social via emprego formal, apontando para os valores de fracasso, falta de inserção e desqualificação. Castel (2001) ainda frisa que as zonas de inclusão social não existem mais para essas pessoas que são portadoras de sentido ou que de alguma forma lhes aproveite um sentimento de pertencimento na organização social (RIGOTTO, 2009).

Rattner (2002) fazendo uma retrospectiva do último quartel do século XX, lança hipóteses sobre as tendências demográficas, econômicas e ambientais que contribuem para o aumento da “desigualdade de distribuição de riqueza, da informação e de acesso a oportunidades de educação e emprego” (RATTNER, 2002, p. 29). Para ele, a política liberal orientada para o mercado, não reduzirá os níveis de pobreza, exclusão e desespero.

Reforçando a discussão da exclusão, que, se vista como sofrimento de variadas qualidades, resgata o indivíduo que estava desaparecido nas análises econômicas e políticas, sem deixar de fora o coletivo. Fortalecendo o sujeito, sem tirar a responsabilidade estatal. A autora considera que é o indivíduo que sofre, no entanto, não é um sofrimento gerado por ele mesmo, mas nas intersubjetividades que são traçadas socialmente (SAWAIA, 2001).

Com isso, Sawaia (2001), considera que o entendimento da dinâmica da exclusão através das emoções daqueles que a vivem; é também refletir sobre o papel de cuidado do Estado para com seus cidadãos, pois podem indicar o descompromisso com o sofrimento humano em vários âmbitos: do aparelho estatal, da sociedade civil e do próprio indivíduo.

## 5.2 O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

Para Haesbaert Costa (2003), a concepção de desterritorialização atravessa os aspectos do substrato físico e material, e inclui as relações de poder e as estratégias identitárias. À vista disso, a dimensão cultural é destacada neste

---

<sup>3</sup> Este grupo de pessoas é composto por aqueles indivíduos que não conseguem uma inscrição de sucesso em grandes projetos institucionais (educação, trabalho, escola, saúde); sendo marcado negativamente e passando a pertencer ao imaginário da inutilidade (CASTEL, 2001).

entendimento, de forma que a desterritorialização aparece associada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Atualmente, a desterritorialização tem sido associada à efetiva apropriação e domínio do espaço, sendo correlacionada aos processos de exclusão sócio-espacial.

A fim de descrever como se deu o processo de desterritorialização, os entrevistados foram questionados sobre seu cotidiano e as mudanças ocorridas antes e depois da entrada do Complexo Industrial e Portuário de Suape naquela região, tendo em vista que desde o primeiro empreendimento instalado naquela área, a população da Ilha de Tatuoca já iniciou sua jornada de desterritorialização, como eles mesmos relatam.

Eu era pirraia, eu tinha 12 a 13 ano...eu era pequeno...quando começou a Suape entrá aqui, né? Ela começou bonzinho...a Suape...botou ali um curso pra gente fazê ali...ali...de tijolo...ganhava uma mixariazinha...na caiera pra fazê tijolo...a gente fazia...ganhava pouquinho, a gente pescava, né? Aí dava pra nós vivê...aí depois cortaro...depois veio um curso de escola...nóis estudava ganhava um pouquinho também...depois veio um curso de artesanato...sabe o que é artesanato? Aí, nós trabalhava...e...ganhava uma feira...e ganhava um...num sei quanto era...dava pra gente levá...depois 57olís tudo, cabousse...cabousse...(P1).

Tudo, assim, nós “ser humano”, tudo quando vem uma coisa de mudança pra nossa localidade, a gente sente aquele impacto; porque inclusivamente a gente na Ilha de Tatuoca a gente vivia tipo índio, a gente andava de zorba, é...vivia da pesca, da cultura da lavoura...quando vem um empreendimento, todo mundo fica assustado, entendeu? (P3).

Entendendo que a ideia de território concebe várias dimensões, tais como: simbólica, cultural e a de caráter político-disciplinar, e que a identidade territorial é atribuída pelos grupos sociais como meio de controle simbólico do lugar em que vivem; é possível perceber que os moradores da Ilha de Tatuoca, sofrem o processo de desterritorialização, atrelado a alguns níveis de exclusão social, pois foram excluídos de sua morada, local de reprodução e de sobrevivência (CHALLINOR, 2011).

E que segue para além de um fenômeno comum tendo em vista que seu território foi destruído e remodelado através de um intenso movimento de exclusão territorial, onde por muitas vezes torna-se impossível uma inserção integral das formas mais básicas de territorialização, se enquadrando dessa forma no que Haesbaert Costa (2004) conceitua como “aglomerados humanos de exclusão” (HAESBAERT COSTA, 2003, 2004)

Para esta população, conforme Haesbaert Costa (2003) afirma, como mais pobres, eles experienciam o processo de desterritorialização como uma “multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana”. Rattner (2002) ainda acrescenta que a carência de uma identidade coletiva e individual e a falta de um sentimento de pertença a uma comunidade podem levar a vários tipos de comportamentos desviantes, tais como: isolamento, agressão e violência; “em suma, uma situação de total anomia.

Em seu discurso, a população passou por mudanças, pois eles antes não precisavam comprar vários itens de sua alimentação, pois conseguiam retirar do mar, do mangue ou da terra. Percebe-se através das falas o consenso que aquela terra de tudo tinha e que eles não sentiam a necessidade de comprar outras coisas; eles se sentiam satisfeitos.

A gente comia o que queria...hoje não...hoje tá apertado...nóis come o que hoje? Uma galinha descongelada...é ou num é? É... uma galinha de geladeira, num tem peixe nenhum...porque eu vou pescá e num pego...siri eu vou...quando pego muito pego 10. Aqui pra nós vivê de rio num dá mais não...dá não (P1).

Olha, porque aqui de tudo tinha, digamo,se nois ia comê...antigamente...era difícil nois ter uma galinha de granja, era ou num era? Era muito difíci...ovos também era difíci. Peixe a gente num comprava peixe... a gente num comprava peixe...meu pai e o dela...saia daqui de pés vende peixe..quando num vendia, vinha trocando pelos engenho, por macaxeira, farinha...vinha trocando...antigamente dinheiro era difíci mulé (P1).

Sentia bem. Bem...tinha tudo disponível pra comê... se você num tinha nada dento de casa ia...botava água no fogo, ia ali puxava e vinha com mei (meio) balde de Aratu, Marisco, Sururu...inté carangueijo eu tirei pra dá de comê aos meus fio...até carangueijo eu tirei. Hoje em dia você vai ali na beira do mangue, não tem nada...só vê aceiro...tão tudo cortado (P6).

Após o estabelecimento de diversos empreendimentos no entorno e principalmente do Estaleiro, que segundo eles, mais impactou Tatuoca e o cotidiano deles, é possível notar que no discurso deles transparece um sentimento de revolta. Este sentimento refere-se a situações em que eles não possuem meios para reagir, e no dia-a-dia estão apenas como observadores daquilo que os acomete e altera seu modo de viver.

Eu sinto, na minha parte, eu sinto muito revoltado...porque tem um monte de emprego ali e num pega a gente, né? Muito revoltado...porque, primeiro lugar, Suape...devia dá...comé que se diz...comé que chama...dá apoio a nói, né? (P1).

Eu mermo vou dizê a você...aqui agora...você não, a sra...a sra não...você...se eu for...ontí foi sábado...se eu fosse pra rua amanhã fazê uma feira...eu num tinha condições de fazê uma feira pros meus filho...eu num tenho...antigamente eu tinha...eu tinha...mai hoje num tem mai não (P1).

Agora, pra mim a Suape entrou, pra mim foi de bom gosto não...agora se digamo, se nossos pai... – num to falando contra Hilda e nem falando mal dele não - ...tivesse a posse da terra, aqui a gente era rico...porque esse terreno aqui, dessa mulé aqui (D. Hilda) fosse vendê, ela vendia três terreno com dento duas casa...que o lugá aqui é pobre de emprego, né? Mas você num tem posse de terra...então, se quebrô. Por que daqui pra lá...aqui...é muito terreno que essa mulé tem...feito eu também (P1).

Depois que Suape entrou foi pra acabar. Só “dematar” (desmatar) o manguê todo...a gente não pode cortar uma madeira pra fazer uma casa, que se eles vim, vê que é madeira eles vai e prende..ainda quer levar a gente preso... se a gente falar muito, ele ainda leva a gente preso (P2).

Agora, acabouse tudo, né minha fia...porque se hoje eu aprantá um milho num dá, se eu prantá uma melancia, um jerimum, num dá mais...tudo primeiro dava. Dá mai pra banda dali, que é barro...mai aqui que era onde a gente prantava que dava, num...cabousse tudo (P4).

Hoje o que a gente tem agora é dois pé de mangaba, nuns pé perdido aí...nos sítio, se você for tirá, num tira mais...porque eles num vão deixá...porque quem tem seus sítio, num vai deixá mais tirá...o resto a Suape, o Estaleiro roubou tudo aí...a gente vai viver mais daqui, de que? (P5).

Diante da exposição dessas falas, em que demonstram a vivência de uma situação de grande mudança perpassando também, pelo fato de que a maioria da população não pôde gozar de liberdade e nem oportunidades básicas para o desenvolvimento humano – a informação, a educação, a escolha da introdução no trabalho e muito menos de liberdade política para organizar-se. Tudo isso contribuiu para que essas pessoas demonstrassem pouca ou nenhuma atitude, além de um discurso resignado (RIGOTTO, 2004). Sen (2010) ainda acrescenta que é comum que atitudes desse tipo, de negação dos direitos, seja tido como benéfico e sirva de argumento para maior agilidade do crescimento do desenvolvimento econômico.

Durante o relato dos moradores, aparece também a sensação de insegurança, pois a área Tatuoca passou a ter um acesso terrestre, descaracterizando o termo “Ilha” e interferindo no direito de ir e vir da população nativa da Ilha de Tatuoca. Essa situação possibilitou que pessoas desconhecidas

tivessem acesso àquela localidade a partir disto, instalou-se o medo da violência e de roubos que passou a fazer parte do cotidiano deles.

Se aqui vem alma sebosa pra qui...antigamente num vinha, né? (P1).

Agora não tá sendo “mai” porque entra muita gente...é...a gente veio “mermo” sexta feira...veio dois cara que eu “mermo” fiquei com medo...vinha eu e meu marido fiquei com medo, veio minha nora, veio atrás de “bicicreta”, eu fiquei com medo porque ela vinha atrás (P2).

Que nem já teve roubo um dia desse...um dia desse teve roubo aí...de noite, “levaro” o dinheiro da minha colega todinho...botaro o revolve no marido dela e levaro o dinheiro dela...isso aí...a gente num se sente bem por causa disso aí (P2).

Eu num vou ficar em casa só...eu num vô que eu tenho medo de ficar em casa e depois do roubo é que eu tenho medo mesmo. Antes a gente num tinha....dormia de porta aberta. E agora num pode fazer isso mais (P2).

Em contrapartida, segundo os entrevistados, desde o início do estabelecimento do Complexo, eles recebiam informações de que seriam indenizados, que receberiam uma casa mobiliada e teriam toda assistência. Com o passar do tempo, as promessas feitas já não tinham mais a mesma força e as propostas foram alteradas à revelia do que os moradores reivindicavam por residirem naquele lugar há tanto tempo. Além de saberem que não manteriam o mesmo tipo de rotina no que diz respeito a forma de ganhar dinheiro, ou até mesmo na forma de obter a comida para a família.

A gente recebeu a pulso, né? Mai arrente, arrente (quis dizer: a gente) não se sentiu bem, não se sentiu, e até hoje não tamo se sentino...é...eles promete muita coisa, só que desde que eles entraro, eles veve cunzinando arrente em banho Maria (P2).

Fiquei triste, né? Depois viero, oferecero uma oferta muitcho boa, mai a gente num se conformemo, não...conformemo, porque aqui num tinha lugar melhor do que aqui, não...agora...depois oferecero muitcha coisa, oferecero casa, inté casa mubiliada e nunca saiu. E agora é aquela...e dinheiro muitcho pouco (P4).

Chegaro aqui...cumé...a conversa era...não...que vocês vão ser idenizado...logo no dinheiro da casa...vai ser idenizado...como eles fizero com meu pai ali...chegaro na marra chutaro meu pai feito cachorro daqui dento aqui...fooi...chutaro feito cachorro daqui dento aqui (P7).

Eu me “arreagi” assim, né? Na minha opinião, porque pra fica aqui num lugar desse mai...hoje pra mim aqui num dá pra gente ficá...todo jeito num dá pra gente ficá...porque o que a gente tinha, hoje a gente num tem mai (P5).

Tudo, assim, nós “ser humano”, tudo quando vem uma coisa de mudança pra nossa localidade, a gente sente aquele impacto; porque inclusivamente a gente na Ilha de Tatuoca a gente vivia tipo índio, a gente andava de zorba, é...vivia da pesca, da cultura da lavoura...quando vem um empreendimento, todo mundo fica assustado, entendeu? (P3).

Em muitos relatos, dá para perceber que muitos deles que ainda estão em Tatuoca, demonstram resignação e acreditam que todo este processo não deve melhorar e que não há mais sentido em viver na Ilha; tudo isso com muito pesar nas palavras, pois Suape não leva em consideração a história deles, o que eles falam e muitas vezes os destratam.

Nada mais, isso aqui num tem mais nada que...na minha opinião pra gente se...pra agradá aqui a gente, num tem mais nada...tem que saí daqui mermo...ficá aqui, vai ter o que? Vai morrê de fome...aqui...porque tudo tá acabano...a natureza tudo se acabano, vai morrê de fome...(P5).

Oxe...eu num continuaria mais não...que voltasse tudo que era, eu queria...mai num vai voltá...hoje em dia num tem nem mai o que fazê aqui...(P6).

Eu cumé...eu num sinto...eu num penso...essa menina...isso aqui é um lugar muito bom de viver, mais mode esses negócio que a Suape inventou aqui...faltando tudo na vida...água...tudin...aí num...num se sente muito bem não...o jeito é sair daqui, né? Em tempo de sair daqui...porque num guenta mai não...muriçoca de noite, faiz nuve (nuvem) aqui de muriçoca, é fogo a noite todinha...esse buraco aqui é fogo, oia...meus óio já tá quase ficando cego de tanta fumaça (P6).

Eu num espero mais nada não...é...chegar a hora de...de...é...ser despejado...arrumar as paia de ropa e desaparecê...e ficá só na saudade (P7).

Além do aspecto material, os entrevistados ainda trazem em seu discurso que há uma desconsideração por parte da administração de Suape para com eles, pois muitas vezes lhes destratam ou não lhes dão ouvidos – são os coronéis de Suape, ou seja, funcionários que administram o território e mantêm a sua denominação conforme patente das Forças Armadas. Há também relatos sobre uma guarda armada que fiscaliza diariamente a Ilha a fim de monitorar e garantir que nenhuma obra seja realizada por aqueles que ainda resistem na localidade.

Já pedi a Suape...Suape, manda a gente simhora...dá mixaria e pronto...mai num qué não... ela obrigou nós a assinar...nóis assinamo...no final de setembro eu...no final de setembro...e o dinheiro num saiu ainda (P1).

Se nós vai fazê uma casa aqui...é duas, três moto lá e cá...ultimamente...da Suape...se fizé, derruba...tá vendo essa casa aqui? Tá toda rachada...se fo

ajeitá...ele num deixa...deixa não...agora o dinheiro da gente num que sair, num qué pagá... num ajuda ninguém (P1).

Que nem eu fiz a minha casa, que a minha casa é bem pequenininha, uma quentura que eu num guento “dento” de casa...aí eu fiz, quase encostado...se você fosse lá, você via o chão lá...minha casa já coberta, já pra passar pra dentro, com porta, com tudo...a Suape veio, derrubou num teve acordo...só faltei “improrar”, chorar no pé deles (P2).

A gente vai na Suape, muito mal atendido...eu já fui duas veze...tomei foi um chá de cadeira lá..com fome, tudo e ele não recebeu a gente, entendeu? Não recebeu. Trata a gente como se fosse um nada (P2).

Eles tratam a gente como animais, entendeu? Pra Suape em si, não só as diretorias que tá ai hoje, como qualquer outra diretoria que vir,...e eu vejo, sempre vi dessa forma...todos que passam ali...ele só olham o lado do grande empreendimento que vai trazer arrecadação de impostos pro governo (P3).

A população vive uma constante sensação de invisibilidade, haja vista que o Estado se omite do monitoramento das ações de Suape, e Rigotto (2004) corrobora afirmando que essa “falha” dos mecanismos regulatórios acontece por conta da precariedade desses órgãos públicos que são responsáveis, somando-se a isso o poder dos agentes econômicos e a falta da participação social organizada da população. Para Rattner (2002) a população tem se tornado em apenas uma clientela do Estado, pois as decisões políticas relevantes são tomadas sem a consulta popular.

A autora ainda comenta que há forças que protegem o “paraíso” encontrado pelas novas indústrias. Sendo assim, do ponto de vista do Estado, a desterritorialização fomentada por essas indústrias, raramente é tida como um “problema”. Gerando a omissão dos impactos negativos daquele processo de industrialização. Este tipo de atitude atua como um apoio fundamental para a manutenção desta cadeia “que cobre e recobre o sofrimento, a dor, a poluição e faz calar a insatisfação, o grito, o não” (RIGOTTO, 2004, p. 564).

### 5.3 O SOFRIMENTO SOCIAL

A partir do cenário experienciado por conta do embate entre a relação de identificação com o território e do processo de desterritorialização sofrido pelos moradores. É possível destacar no discurso deles que não nutrem boas expectativas de alguma mudança em Tatuoca, pois não acreditam que aquela situação possa ser diferente, diante, por exemplo, do aparecimento da violência e insegurança.

Mais nada...mais nada...eu vou esperá só nois ser despejado...é tudinho...é eu...Gabriela, aquilo ali tudinho...nós vamo ser despejado...pegá o dinheiro e ir simbora...cabousse...mais nada (P1).

Porque a gente num se sente segura mais, o rio num dá nada mais pra quem pesca...as fruteira, tão tudo se acabano, a seca que nem eu disse a você e eles mesmo maltratando a gente. O povo da Suape maltratando a gente (P2).

Minha filha, aqui eu num espero nada...cada veiz é pió... ..... de pió a pió...espero mais nada, aqui não (P6).

Eu num espero mais nada não...é...chegar a hora de...de...é...ser despejado...arrumar as paia de ropa e desaparecê...e ficá só na saudade (P7).

Para Pussetti e Brazzabeni (2011) o sofrimento social é o fruto de uma violência perpetrada pela estrutura social, pois está relacionado com os efeitos prejudiciais das relações de poder desiguais que definem a organização social. Com isso, o mal-estar social tem sua origem naquilo que o poder político, econômico e institucional provoca nas pessoas e também de forma recíproca, como essas formas de poder inspiram respostas aos problemas sociais. Portanto, é possível perceber que o sofrimento social está na limitação da potencialidade de ação do sujeito e a partir de sua análise, compreender o abalo da violência estrutural na experiência cotidiana.

E essa compreensão perpassa o fato de que o sofrimento não adentra no dia-a-dia das pessoas por acaso, mas por situações específicas da vida ou ainda através da existência de mecanismos objetivos de disfunção social (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011). Das (1997) afirma que nas sociedades atuais, a violência e o sofrimento inflingidos podem ser interpretados como um preço a pagar pelos indivíduos como se viesse a servir como uma vivência de pertencimento identitário e social.

Com relação a Nova Tatuoca, nome dado à vila que está sendo construída para eles morarem na Praia de Suape, os relatos passam a compreensão de que o modo de vida e das relações sociais vão mudar sensivelmente. Primeiro, eles não terão seu espaço reduzido, as casas são muito próximas uma das outras e por conseguinte, as relações entre os moradores ficarão mais próximas, o que pode gerar desentendimentos próprios da relação de vizinhança, além da insegurança,



pois em Tatuoca, eles não tinham essa preocupação, mas “na rua”, como eles falam, ou em Suape, onde ficam as casas, eles já não podem agir da mesma forma.

Pra nós foi pió...foi pió...porque nós aqui veve livre...eu ando sem camisa aqui, lá e cá...ando por todo canto..quando eu for pra rua..nóis vai ficá preso... porta fechada...é ou num é? E quando você sair...vai lá na minha casa...a porta tá aberta...pode ir...o rádio tá tocando e a porta tá aberta...na rua você num faiz isso...é ou num é...na rua é...aqui nós veve livre rapaiz..da uma volta por aí, pa lá, pa cá...na rua não (P1).

Penso minha fia, que vai ser uma coisa todo junto, vai ser as casa tudim junto, né,? Num é uma casa, eu aqui, tem aquela casa dali...tem aquela dali, tem aquela dali, dali...num é...é tudo unido. Eu num gosto de mundiça (P4).

Nova Tatuoca na minha opinião...porque muita gente gostô...e muitas num gostô...porque eu mermo...eu só vô pra lá porque é o jeito...porque se eu pudesse...que ele pagasse a eu meu dinheiro normal, que desse eu num ia pra Nova Tatuoca, eu num ia não, num ia não...vô porque é o jeito, porque todo mundo vai...aí a gente tem que ir (P5).

Já no contexto da relação com a administração, a situação fica bem pior, pois os moradores demonstram através de suas falas que são destrutados, que não tem voz, que os administradores de Suape estão mais interessados nas empresas e não neles. Ficou clara a tensão existente entre os moradores de Tatuoca e a administração, pois a situação deles fica sempre pendente da efetivação da resolução, quanto a indenização, bem como de finalizar as casas em Nova Tatuoca

Discuti com esse Pereira Lima aí...dentro da sala, eu discuti com ele: to errada não....vocês “quer” fazer, o povo de Suape quer fazer o povo de Tatuoca cachorro...a gente não somos cachorro pra vocês pisar na gente não! Eu sou mais velha do que Suape, filha natural daqui e eles fez isso... num teve acordo...só falei chorar....só não quis chorar mermo, mas fiquei muito nervosa (P2).

Porque Suape quando tira não dá acompanhamento médico, psicológico, tal, essas coisas...saiu, pagou aquele dinheiro, ele acha que já fez toda responsabilidade...puta que pariu quem quer que fique (P3).

Que aqui ele num entregou essa casa ainda...num pagou a gente ainda...uma merraca que...muito mal num dá nem pra comprá uma casa...que ele dero a gente...apalavrou...42 mil.. mei mundo de terra...que ele deu a gente aqui...apalavrou aqui foi isso...eu né? (P5).

Revoltado, entendeu? Do camarada sofre tanto aqui e hoje em dia a Suape querer passa a perna na gente por pouca micharia, entendeu? (P7).

Com isso, eles demonstram em seu discurso que todo este processo da entrada do Complexo de Suape naquela região afetou bastante suas vidas do ponto de vista em que eles não conseguem mais estabelecer laços simbólicos e afetivos

com o lugar, devido a perda de acesso à terra em seu aspecto de uma apropriação simbólica.

Eu não me conformo não...eu sei quondo eu sair daqui (emocionada)...eu num volto mai aqui por causo, pa eu arrecordar o que eu já passei aqui não...o passado não...quondo eu sair daqui, eu num vô...eu dô as costa, vou mimbora e num olho mai pa tráis...Vinha...Vinha saiu dali, saiu chorando e disse quondo eu sair daqui vô sai chorano novamente....sim senhora...aqui era um lugar maravilhoso todo mundo guarda esse lugar, agora tá destruído, já acabouse, num é mais o que era, viu? (P4).

Ah, vai impacto social, impacto psicologicamente...isso aí não tem nem o que discutir...isso aí não tem nem o que discutir, isso aí...social a gente já tá vendo...você tá vendo (P3).

Aí é o que eu digo...enquanto tá aqui “dento” tá bom, depois que a gente sai daqui, que sai daqui “dento”...o bicho lá fora já pega mais um pouquinho...se a Suape tivesse, o Estado tivesse com certeza, vai tirá a gente daqui e desse se por...esse tipo de coisa...desse um recurso quando a gente somo pescado daqui, que nem o povo lá fora, pescado da praia tem , cumé, tem uma bolsa todo “meis”, entendeu? Tem, muita gente tem... como pescador...uma bolsa de quinhento reais...uma feira todo “méis”, quer dizer que...ajudava, entendeu? (P7).

Além de demonstrar a compreensão sobre a realidade que estão vivendo, eles expressam em sua fala que todo este contexto traz uma carga de sofrimento para suas vidas, que faz com que eles se sintam por muitas vezes humilhados e depreciados.

Sufrimento...a merma coisa que eu disse...nóis aqui vivia no céu, né? Hoje nóis olha, num vê...é aí que tá o sofrimento...é...é ou num é? (P1).

Eu senti um nada. Um zero, humilhada, humilhada....me senti, me senti como se fosse um cachorro...nem um cachorro, nem um cachorro, que tem muitos cachorro que tem muito valor e eu me senti pior do que uma cachorra, me senti pior do que uma cachorra, porque morando, filha natural daqui, num ter fazer uma casa melhorzinha (P2).

Eles tratam a gente como animais, entendeu? Pra Suape em si, não só as diretorias que tá ai hoje, como qualquer outra diretoria que vir, porque não é hoje que eu sou presidente da associação, eu to aí a 12 “ano”...e eu vejo, sempre vi dessa forma...todos que passam ali...ele só olham o lado do grande empreendimento que vai trazer arrecadação de impostos pro governo (P3).

Ahh...a gente se sente humilhado..as vezes a gente leva na tolerância...tenta ter uma boa conversa...mas a gente vê que a gente sempre é enganado (P3).

E a gente, enquanto tá morando aqui a gente tá sendo abençoado, depoi que sai daqui de “dento” cabosse...cabosse num tem mai não oia...é chute na bunda e cabosse...e a gente que vai sofrê lá fora....entendeu? (P7).

A situação vivida pelos moradores da Ilha de Tatuoca remete em alguns pontos à análise feita por Castel (2001) para as formas contemporâneas do indivíduo se apresentar: o “indivíduo por falta” e o “indivíduo por excesso”; estes possuem apoio suficiente em que estratégias podem ser elaboradas de forma independente; já aqueles, não possuem tantos apoios, o que conseqüentemente reduz a possibilidade de atuarem de forma proativa.

Esse “indivíduo por falta” comumente é visto de forma negativa e são estes que segundo Castel (2001) vivenciam o processo de desfiliação social, haja vista terem o potencial de experienciar o sofrimento social que traz consigo vestígios psíquicos desprovidos de visibilidade social. Os aspectos do sofrimento sentido por categorias subalternizadas e aos efeitos que são produzidos na dimensão comunitária são: humilhação, vergonha, falta de reconhecimento. A hipótese de Carreiro (2003) é que esse sofrimento não tem visibilidade; ele se inscreve no interior das subjetividades, sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente.

E assim, tem-se que a lógica perpetuada para a invalidação e a depreciação, acontece geralmente em cenários públicos. O sentimento de desvalorização e de diminuição está muito presente e dificilmente as pessoas exteriorizam ou partilham tais sentimentos. Em algumas situações há uma autocensura do indivíduo, ou ainda o sujeito não possui suportes claramente dispostos para ajudar no anúncio desses sentimentos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa demonstram, em resposta a pergunta condutora, que após a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, a população da Ilha de Tatuoca, que já tinha bem estabelecida sua relação identitária e de pertencimento com o local, especialmente em suas relações sociais e econômicas, tiveram sua rotina alteradas e sua auto-estima afetada com relação ao sentimento de pertença, pois grande parte das coisas que sempre faziam lá, desde o acesso as cacimbas de água para banho e alimentação, até a pesca e agricultura já não era mais possível de ter acesso.

Esta situação ainda é agravada pelo fato de não conseguirem boa inserção nos empregos formais disponíveis e divulgados por Suape, aumentou a sensação da exclusão social diante deste cenário e da sensação de invisibilidade consequência do modelo predatório de desenvolvimento que intensifica as injustiças e incita os conflitos socioambientais, impactando a cultura e o modo de vida da comunidade.

Associada com a crise da identidade da população, a desterritorialização ratificou ainda mais o processo de exclusão, não apenas social, mas também territorial, pois estão sendo retirados de suas moradias em prol da instalação dos empreendimentos naquele território. Os moradores não tinham a noção dos danos a que seriam submetidos e que, gradativamente, tem impossibilitado de continuar morando em Tatuoca. Por sua vez o descaso do Governo tem permitido que a administração do Complexo de Suape atue impunemente, por meio de seus coronéis, não permitindo a participação ativa da população atingida, que permanece sem apoio, carregando suas vidas de sofrimento.

Ao perceber todo o cenário diante do embate entre a relação de identificação e o processo de desterritorialização vivenciado pelos moradores, a resignação aparece diante do fato de não perceberem outras alternativas. A resistência inicial foi subjugada e a população aceitou um valor ainda injusto de indenização e a casa na vila chamada Nova Tatuoca, ainda inconclusa.

Após a instalação do Complexo de Suape houve modificações no modo como a população se relaciona com o território em que mora, pois não mais conseguem estabelecer laços simbólicos e afetivos com o lugar. Eles evidenciam que há uma grande carga de sofrimento, pois são humilhados e depreciados. Sua autocensura

não permite expressar o que sentem, o que requer apoio psicossocial como um espaço apropriado para a fala que permita a externalização desses sentimentos.

É preciso que a sociedade se empodere da discussão integrada sobre políticas públicas de desenvolvimento regional, promoção da saúde e proteção ambiental. O debate precisa acontecer de forma mais democrática, comprometida e consciente sobre qual modelo de progresso e desenvolvimento realmente almejam para que as gerações atuais e futuras. A falaciosa ideia de crescimento econômico de curto prazo não pode continuar sendo alardeada como uma prioridade em relação às necessidades de saúde, justiça e preservação ambiental.

No âmbito dos atingidos, é preciso que espaços sejam criados para restaurar o sentimento de confiança a fim de que eles não se sintam como fazendo parte de uma massa de desqualificados ou inúteis, mas sejam acolhidos em suas singularidades e especificidades enquanto comunidade. E assim consigam construir novas simbolizações ou ressignificações de seus sofrimentos sociais, sempre preservando a memória social e individual.

Diante destas conclusões e com o entendimento que ainda há mais questões a serem trabalhadas no território do Complexo de Suape, sugerimos e esperamos que novos estudos sejam realizados.

## REFERÊNCIAS

<p>ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Violência, Sofrimento Social e Saúde Pública. <b>Revista Serviço Social &amp; Saúde</b>, Campinas, v. 9, n. 9, p. 1-25, jul. 2010.</p>
<p>AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. <b>Plano Preliminar – Território Estratégico de Suape: Diretrizes para uma ocupação sustentável</b>. Recife, 2006.</p>
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar de; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. <b>Revista USP</b>, São Paulo, n. 43, p. 100-125, set./nov. 1999.</p>
<p>ALMEIDA, Marcos Miliano. <b>A Ilha de Tatuoca: aspectos da influência de Suape sobre a vida e paisagem</b>. 2010. 97f. Monografia (Bacharelado)- Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.</p>
<p>ALVES, Fátima; ARAÚJO, Maria; José. AZEITEIRO, Ulisses. Cidadania ambiental e participação: o diálogo e articulação entre distintos saberes-poderes. <b>Saúde em Debate</b>, Rio de Janeiro, v. 36, p. 46-54, jun. 2012. Número especial.</p>
<p>ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton. <b>Território: globalização e fragmentação</b>. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.</p>
<p>AUGUSTO, Lia Giraldo.Silva. <b>Estudo das alterações morfológicas (medula óssea) em portadores de neutropenia secundária à exposição ao benzeno</b>. 1991. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Campinas, Campinas, 1991.</p>
<p>AZEVEDO, Ana Lúcia Martins. <b>Acesso à atenção à saúde no SUS: o PSF como (estreita) porta de entrada</b>. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)- Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2007.</p>
<p>BARCELLOS, Christovam. Quem sustenta tanto desenvolvimento?. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1972-1974, dez. 2009.</p>
<p>BARDIN, Laurence. <b>Análise de Conteúdo</b>. Lisboa: Edições 70, 2004.</p>
<p>BINSWANGER, Hans. DEININGER, Klaus. Explaining Agricultural and Agrarian Policies in Developing Countries. <b>Journal of Economic Literature</b>, Sidney, mar. 1997. Disponível em: &lt;<a href="http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-1765">http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-1765</a>&gt; Acesso em: 12 abr. 2012.</p>

BOURDIEU, Pierre. <b>A miséria do mundo</b> . Petrópolis: Vozes, 2008
BRANDÃO, Carlos. <b>Território &amp; Desenvolvimento</b> : as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas:Unicamp, 2007.
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. <b>Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento</b> : o engajamento da Fiocruz 02 a 05 de junho de 1998. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. (Série Fiocruz. Eventos Científicos, v.1).
BREAKWELL, Glynis Marie. Social representations and social identity. <b>Papers on social representations</b> , London, v. 2, n. 3, p. 198-217, 1993.
CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. <b>Psicologia USP</b> , São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.
CASTEL, Robert. <b>As metamorfoses da questão social</b> : uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001
_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. <b>Caderno de Recursos Humanos</b> . Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan/dez. 1997
CASTELO, Sintia Maria Rodrigues. <b>Educação ambiental e geração de renda a sociedade comunitária de reciclagem de lixo do pirambú - socrelp</b> : uma abordagem holística para a questão dos resíduos. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
CASTRO, Eduardo Viveiros de; ANDRADE, Lúcia de. <b>Hidrelétricas do Xingu</b> : o Estado contra as sociedades indígenas. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
CHALLINOR, Elizabeth Pilar. Identidade e pertença: para além das dimensões materiais do sofrimento social. <b>Etnográfica</b> , Lisboa, v. 15, n. 3, p. 479-500, 2011.
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), Rio de Janeiro, 2012. <b>Relatório</b> . Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <a href="http://www.onu.org.br/rio20/documentos/">http://www.onu.org.br/rio20/documentos/</a> > Acesso em: 19 maio 2012.
CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton. <b>Território</b> : globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 251-256.
COSTA, Heitor Scalabrini. <b>Complexo Industrial de Suape</b> : os limites do desenvolvimento. Disponível em: < <a href="http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519037-complexo-industrial-de-suape-os-limites-do-desenvolvimento-entrevista-especial-com-heitor-costa">http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519037-complexo-industrial-de-suape-os-limites-do-desenvolvimento-entrevista-especial-com-heitor-costa</a> >. Acesso em: 31 maio 2013.

DAS, Veena. Sufferings, theodicies, disciplinary practices, appropriations. <i>International. Social Science Journal</i> , Philadelphia, v. 49, n. 154, p. 563-572, 1997.
GALLO, Edmundo <i>et al.</i> Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b> , Rio de Janeiro v. 17, n. 6, p. 1457-1462, 2012.
GEIGER, Pedro. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton. <b>Território: globalização e fragmentação</b> . 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.p 233-246.
GUATTARI, Félix. <b>As três ecologias</b> . 21 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
GUTBERLET, Julta. Sociedade e meio ambiente: desafio local e global. In: <b>São Paulo em Perspectiva</b> , São Paulo. Seade, n.14, p.5-14, 1998
DUARTE, Ana Patrícia; LIMA, Maria Luísa. Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. <b>Psicologia</b> , Lisboa, v. 19, n. 1-2, p. 193-226, 2005.
FRANCO NETTO, Guilherme. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b> , Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1975-1977, dez. 2009.
FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo. <b>Saúde, ambiente e sustentabilidade</b> . Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006
FREUD, S. <b>Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna (1908)</b> . Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 9)
_____. <b>O mal-estar na civilização (1930)</b> . Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 21)
HAESBAERT COSTA, Rogério. <b>Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste</b> . Niterói: Ed. UFF, 1997.
_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. <b>Boletim Gaúcho de Geografia</b> , Porto Alegre v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.
_____. <b>Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade</b> . Porto Alegre, set. 2004. Disponível em < <a href="http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf">http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf</a> > Acesso em: 20 jun. 2012
_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). <b>Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos</b> . 1. ed. São Paulo: Expressão



Popular, 2009.
_____. Região, diversidade territorial e globalização. <b>GEOgraphia</b> , Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 2009.
HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. <b>Revista do Departamento de Geografia</b> , Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999.
HAESBAERT COSTA, Rogério; TRAMONTANI RAMOS, Tatiane. O mito da desterritorialização econômica. <b>GEOgraphia</b> , Niterói, v. 6, n. 12, p. 25-48, 2009.
HOGAN, Daniel Joseph. <b>Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável</b> . São Paulo: Lua Nova: Cedec, 1993.
HORTALE, Virginia. Alonso; PEDROZA, Manoela; ROSA, Maria Luiza Garcia. Operacionalizando as Categorias Acesso e Descentralização na Análise de Sistemas de Saúde. <b>Cadernos Saúde Pública</b> , Rio de Janeiro, v.1, n. 16, p. 231-239, jan/mar, 2000.
IANNI, Octávio. <b>A sociedade global</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
KVALE, Steinar. <b>Inteviews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing</b> . London: Sage, 1996.
LEFF, Enrique. (Org.): <b>Ciências sociais y formación ambiental</b> . Barcelona: Gedisa, 1994.
_____. <b>Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder</b> . 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, <b>Anais</b> . Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD ROM.
MAPA de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: < <a href="http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php">http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php</a> >. Acesso em: 10 nov. 2010.
MARTINE, George.(Org.). <b>População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições</b> . Campinas: UNICAMP. 1993.
MARTINS, Maria da Conceição de Almeida. Factores de risco psicossociais para a saúde mental. <b>Revista Millenium</b> , Viseu, v. 1, n. 29, jun, 2004.
MENDONÇA, Ana Valéria Machado; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Entrevista com a comissão organizadora da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental. <b>Tempus: Actas de Saúde Coletiva</b> , Brasília, ano 3, n. 4, p. 14-25,

2009.
MENEZES, Walfrido Nunes. <b>Mulheres (in)visíveis</b> : um estudo da representação social acerca da cidadania feminina. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social).CCSA. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007
MERCADO, Francisco Javier (Org.) <b>Pesquisa Qualitativa de Serviços de Saúde</b> . Petrópolis: Vozes, 2004.
MINAYO, Cecília. <b>O desafio do Conhecimento</b> : pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.
MIRANDA, Ary Carvalho de; PORTO, Marcelo Firpo. Reflexões sobre a Rio + 20, a cúpula dos povos e a saúde coletiva. <b>Saúde em Debate</b> , Rio de Janeiro, v. 36, p. 68-76, jun, 2012. número especial.
MIRANDA, Ary Carvalho de. <i>et. al.</i> (Org.). <b>Território, ambiente e saúde</b> . Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.
MOSCOVICI, Serge. <b>A representação social da psicanálise</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
_____. <b>Representação Social</b> : investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
MOSER, Gabriel. Psicologia ambiental. <b>Estudos de Psicologia</b> . Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.
NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades. In: SANTOS, Milton. <b>Território</b> : globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 270-282.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. <b>Definition of Environmental Health developed at WHO consultation in Sofia, Bulgaria</b> . Geneva, 1993. Disponível em: < <a href="http://health.gov/environment/DefinitionsofEnvHealth/ehdef2.htm">http://health.gov/environment/DefinitionsofEnvHealth/ehdef2.htm</a> > Acesso em: 14 nov 2013.
_____. <b>Relatório Mundial da Saúde</b> : saúde mental - nova concepção, nova esperança. A saúde mental pelo prisma da saúde pública. Lisboa: Climepsi, 2001.
PETROBRAS. <b>Diretoria aprova refinaria no nordeste com PDVSA</b> . Rio de Janeiro, 29 set. 2005 Disponível em < <a href="http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/2494_pdvsa_final.pdf">http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/2494_pdvsa_final.pdf</a> >. Acesso em 10 set. 2011.
PINHEIRO, José. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. <b>Estudos de Psicologia</b> , Natal, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997.

<p>PORTO, Marcelo Firpo. Saúde, ambiente e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD – Conferência Pan-americana de Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-46, 1998.</p>
<p>_____. Saúde do Trabalhador e desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 829-839, 2005</p>
<p>_____. <b>Desenvolvimento, conflitos socioambientais, justiça e sustentabilidade</b>: desafios para a transição. Rio de Janeiro: Abrasco, 2009. (Cadernos de Texto – 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental)</p>
<p>_____. Saúde, ambiente e o primado do interesse público. <b>Saúde em Debate</b>, Rio de Janeiro, v. 36, p. 36-45, jun. 2012. número especial.</p>
<p>PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.</p>
<p>PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. <b>Etnográfica</b>, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.</p>
<p>RATTNER, Henrique. Globalização: em direção <i>a um mundo só</i>? <b>Estudos Avançados</b>, São Paulo, v.9, n. 25, p. 65- 76, 1995</p>
<p>_____. Sobre o desenvolvimento sustentável. <b>Mercosul e ALCA</b>: o futuro incerto dos países sul-americanos. São Paulo: EdUSP, 2002.</p>
<p>_____. Economia solidária - por que. <b>Revista Espaço Acadêmico</b>, Maringá n. 44, jan, 2005. Disponível em: &lt;<a href="http://www.espacoacademico.com.br/044/44rattner.htm">http://www.espacoacademico.com.br/044/44rattner.htm</a>&gt; Acesso em: 21 set. 2013.</p>
<p>_____. Meio Ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v.14, n. 6, p.1965-1971, dez. 2009.</p>
<p>RICHARDSON, R. <i>et. al.</i> <b>Pesquisa Social</b>: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.</p>
<p>RIGOTTO, Rachel Maria. <b>O progresso chegou</b>. E agora? As tramas da (in) sustentabilidade ea sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. 566 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.</p>
<p>_____. Caiu na rede, é peixe!: a industrialização tardia e suas implicações sobre o trabalho, o ambiente e a saúde no estados do Ceará, Brasil. <b>Caderno de Saúde Pública</b>, Rio de Janeiro, v.23, n. 4, p. 559-611, 2007.</p>

<p>_____. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. <b>Ciência e Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2049-2059, 2009.</p>
<p>RIGOTTO Raquel Maria; AUGUSTO Lia Giraldo Silva. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. <b>Caderno de Saúde Pública</b>, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. 475-501, 2007.</p>
<p>RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. <b>Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo, na cidade e na Floresta</b>. 2009. p. 78. Disponível em: &lt;<a href="http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/1239">http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/1239</a>&gt; Acesso em: 23 maio 2013.</p>
<p>SACK, Robert David. <b>Human territoriality: its theory and history</b>. New York: Cambridge University Press, 1986.</p>
<p>SANTOS, Boaventura Souza. <b>A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.cedest.info/Boaventura.pdf">http://www.cedest.info/Boaventura.pdf</a>&gt;. Acesso em: 7 jan. 2014.</p>
<p>SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. <b>Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE</b>. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011.</p>
<p>SANTOS, Milton. <b>Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia</b>. São Paulo: Hucitec, 1988.</p>
<p>_____. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton. <b>Território: globalização e fragmentação</b>. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.</p>
<p>SAWAIA, Bader. <b>As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.</p>
<p>SEGRE, Marco. FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. <b>Revista Saúde Pública</b>, São Paulo, v. 31, n. 5, out. 1997. Disponível em: &lt;<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0034-89101997000600016&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0034-89101997000600016&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>&gt;. Acesso em: 14 jan. 2014.</p>
<p>SEN, Amartya. <b>Desenvolvimento como liberdade</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p>
<p>SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. <b>Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros</b>, Três Lagoas, v. 1, n. 6, p. 126-148, 2007.</p>
<p>SPELLER, Gerda. <b>A Community in Transition: a longitudinal study of place</b></p>

attachment and identity processes in the context of an enforced relocation. 2000. Thesis (Doctor of Philosophy) Department of Psychology, School of Human Sciences, University of Surrey, Guildford, 2000.
STOTZ, Eduardo; PERES, Frederico. Movimentos sociais e saúde ambiental no estado do Rio de Janeiro: contribuições para uma reflexão nacional. <b>Tempus</b> : Actas de Saúde Coletiva, Brasília, DF, ano 3, n. 4, p. 53-71, 2009
SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO. <b>Complexo de Suape</b> . Disponível em: < <a href="http://www.suape.pe.gov.br/complexo_suape.asp">http://www.suape.pe.gov.br/complexo_suape.asp</a> >. Acesso em: 15 out. 2011.
TAMBELLINI, Anamaria Testa. Sustentabilidade e sustentabilidade: um debate sobre a concepção de uma sociedade sustentável. <b>Ciência e saúde coletiva</b> , Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1977-1982, dez. 2009.
TANAKA, Oswaldo Yoshimi <i>et al.</i> Reflexões sobre a avaliação em serviços de saúde e a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa. <b>Pesquisa qualitativa de serviços de saúde</b> . Petrópolis: Vozes, 2004.
TWIGGER-ROSS, Clare; UZZELL, David. Place and identity processes. <b>Journal of environmental psychology</b> , Philadelphia, v. 16, n. 3, p. 205-220, 1996.
VICTORA, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. <b>Revista Eletrônica de Comunicação, Informação &amp; Inovação em Saúde</b> , Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2011. Disponível em: < <a href="http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/552">http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/552</a> >. Acesso em: 19 set. 2013.
WERLANG, Rosângela. <b>Pra que mexer nisso?</b> suicídio e sofrimento social no meio rural. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
WILKINSON, Ian. <b>Suffering</b> : A sociological introduction. Cambridge: Polity Press, 2005.
WONGTSCHOWSKI, Pedro. <b>Indústria Química: Riscos e Oportunidades</b> . 2. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 1999.
YIN, Robert. <b>Estudo de caso: planejamento e métodos</b> . Porto Alegre: Bookman, 2004.

**APÊNDICE – A - Roteiro Básico da Entrevista Semi-estruturada**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

- 1) Há quanto tempo reside na Ilha de Tatuoca?
- 2) Como adquiriu esse terreno/lote em Tatuoca?
- 3) Quais os meios de sustento de sua família antes da instalação de Suape?
- 4) Houve alguma mudança na forma de onde vem o sustento da família após a instalação de Suape?
- 5) Como era seu dia-a-dia (rotina) na Ilha antes da instalação de Suape? Que atividades desenvolvia?
- 6) Como soube haveria uma grande obra na região da Ilha de Tatuoca? Como se sentiu e que atitudes tomou?
- 7) Houve alguma mudança no dia-a-dia após a instalação de Suape?
- 8) Como se sentiu quando foi contactado sobre a desapropriação e indenização de sua casa?
- 9) Como você avalia todo esse processo, desde seu início até hoje?
- 10) Em sua opinião, o que espera do seu futuro aqui na Ilha de Tatuoca?

## APENDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Ministério da Saúde

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### CONVITE PARA ENTREVISTA

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“Moradores Invisíveis: Um Estudo da Representação Social acerca do Sofrimento Psíquico dos Moradores da Ilha De Tatuoca, Ipojuca – PE”**, que tem como objetivo principal: Investigar as representações sociais acerca do sofrimento psíquico dos moradores que foram desapropriados de suas casas na Ilha de Tatuoca, Ipojuca – PE.

Queremos destacar que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Sua participação consistirá em conceder uma entrevista, respondendo perguntas ligadas ao objetivo da pesquisa e que será gravada para posterior análise. A fim de minimizar os riscos, as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar seu reconhecimento, pois todos os participantes serão identificados através de um código. Como benefício, após a conclusão do estudo, os resultados serão disponibilizados para ampla divulgação da situação real no que tange a saúde mental desta população.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o Projeto de Pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

1. Katlyn Kelly Duclerc Marques Cabral, Mestranda em Saúde Pública – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães / Fiocruz.
  2. Idê Gomes Dantas Gurgel, Pesquisadora do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães / CPqAM-Fiocruz
- CONTATOS: (81) 2101.2500 | 2101.2600 | 9900.2232

#### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_ abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa **“Moradores Invisíveis: Um Estudo da Representação Social acerca do Sofrimento Psíquico dos Moradores da Ilha De Tatuoca, Ipojuca – PE”**, como sujeito.

Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Katlyn Kelly Duclerc Marques Cabral sobre a pesquisa, no que se refere aos procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

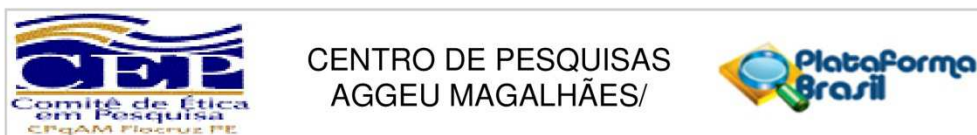
Declaro que entendi os objetivos e riscos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas



### COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** MORADORES INVISÍVEIS: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL ACERCA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS MORADORES DA ILHA DE TATUOCA, IPOJUCA & PE  
**Pesquisador:**  
**Versão:** Katlyn Kelly Cabral  
**CAAE:** 3  
 20168313.4.0000.5190

**Instituição Proponente:** Fundação Oswaldo Cruz

#### DADOS DO COMPROVANTE

**Número do Comprovante:** 054008/2013

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**Endereço:** Av. Prof. Moraes Rego, s/nº  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** comiteetica@cpqam.fiocruz.br